



Página Central Dados revelam que o índice de aprovação de autodeclarados negros, como o estudante do curso de Licenciatura em Letras Jeferson Tenório, aumentou cerca de três vezes

60 ANOS DE TV

Sistema de mídia brasileiro permanece sob um modelo de concentração

Página 4

CULTURA

Documentos em risco

Um acervo em papel sofre com certos agentes, como luz, variações atmosféricas e o próprio manuseio. A ferramenta chamada gerenciamento de riscos é eficaz para otimizar a tomada de decisões dirigidas à preservação do patrimônio cultural. Conforme o especialista José Luiz Pedersoli Júnior, sua utilização no setor patrimonial permite uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua – principalmente em bibliotecas.

P12

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Universidade define rumos

A Audiência Pública para apresentação de contribuições ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), realizada em 24 de setembro, serviu para colher propostas dos representantes de diferentes segmentos da comunidade universitária e das entidades da sociedade com assento no Conselho Universitário (Consun). As sugestões foram incorporadas ao “Livro Verde” e serão debatidas na reunião do Consun do dia 8 de outubro. Conforme o vice-reitor Rui Oppermann, o PDI permitirá que a UFRGS se habilite para financiamentos de toda natureza.

P5

POLÍTICA EXTERNA

País conquistou prestígio

Na análise do historiador e professor do Instituto Rio Branco, Amado Cervo, as atuais diretrizes da política externa brasileira vão ao encontro dos interesses de uma sociedade inserida no mundo da interdependência global. Já o docente do curso de Relações Internacionais da UFRGS, Paulo Fagundes Visentini, considera que o país desenvolveu uma política externa ousada em oposição à timidez e à passividade que caracterizavam o Itamaraty nos anos 90. Ambos os pesquisadores concordam que os rumos da diplomacia nacional começaram a mudar antes de Lula assumir a presidência, a partir de uma inflexão ocorrida na metade do governo de Fernando Henrique Cardoso.

P10



JUSTIÇA

Especialistas divergem quanto à atuação de psicólogos em audiências

Página 11

SAÚDE

Farmácia da UFRGS faz parceria para descarte correto de medicamentos

Página 2

MEMÓRIA

Os 40 anos do desmembramento da antiga Filosofia

Em setembro de 1970 foi implementada na UFRGS a Reforma Universitária, decorrente da lei de 1968 que modernizou o ensino superior no Brasil. O modelo norte-americano de departamentos e de formação através de créditos acabou com o sistema de cátedras nos 14 cursos que funcionavam no prédio da Filosofia, no Câmpus Centro. Essa história se entrelaça ao momento político pelo qual o Brasil passava: a reforma caracterizou-se por contribuir para a desmobilização política, para a separação dos estudantes, que não percorreriam mais a trajetória acadêmica juntos, em turmas. A jornalista Clarice Aquistapace (foto) é uma das ex-alunas que, quatro décadas após a desintegração, reavivam a memória do período da antiga Faculdade. Ela relembra momentos da agitação política e histórias do Bar da Filosofia e do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, que funcionavam no mesmo local onde atualmente está instalado o bar do Antônio.

P7





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Projetando o Futuro

A Universidade está construindo o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – o PDI. Mais do que o requisito legal para fins de avaliação e de credenciamento acadêmico, o Plano é o instrumento que aponta a direção do caminhar da instituição nos próximos cinco anos.

O amadurecimento institucional e as condições de apoio e financiamento pelo MEC nos permitem, de forma mais segura, pensar a universidade e planejar seu desenvolvimento. Baseados nos princípios consolidados da busca da excelência acadêmica, da inserção na sociedade, do respeito às diferenças e da inclusão social, trabalhamos de forma a construir coletivamente esse primeiro PDI. A partir de um processo iniciado em 2009, com um ciclo de conferências, uma comissão foi nomeada para a redação do “Livro Verde” – documento base oferecido à comunidade como referência a discussões

e proposições que levem à construção do “Livro Branco”, documento final que será apreciado pelo Conselho Universitário. Em consulta pública realizada pelo site, a Universidade já recebeu perto de duas centenas de contribuições individuais e coletivas. Na audiência pública ocorrida no último dia 24 de setembro, recebemos contribuições de nove entidades – ADUFRGS, ASSUFRGS, DCE, APG, HCPA, Associação dos Antigos Alunos, FIERGS, CUT/RS e FAPERGS – e de 45 membros da comunidade universitária – estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes previamente sorteados. A construção do PDI é uma experiência pioneira, corajosa e democrática que dá início a uma desejada tradição de planejamento para o futuro da nossa Universidade

No mesmo dia 24 de setembro, foi promovido um Jantar Comemorativo aos 40 anos de fundação de cinco Unidades

– Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Faculdade de Educação, Instituto de Biociências, Instituto de Letras e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Geradas no seio da Faculdade de Filosofia, centro de reflexão, conhecimento e resistência nos anos da ditadura, essas Unidades nasceram da Reforma Universitária de 1970, que introduziu a estrutura organizacional ainda hoje vigente e os concursos públicos. Ao assumirem identidades próprias, fortaleceram-se e floresceram. Em quatro décadas de existência, contribuíram para a formação de profissionais e cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, bem como para a geração de saber e cultura.

Refletir sobre a história e projetar o futuro: atitudes conscientes repletas de serenidade e responsabilidade, no presente dessa bela instituição, que constantemente se renova e reinventa para o desenvolvimento da sociedade.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembeck Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Dalro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ania Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Cadinho Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Diego Mandarino, Fernando Costa, João Flores da Cunha, Mariana Sirena e Martina Morsch
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e Impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Árvores no Câmpus Centro

Quem é ex-aluno da UFRGS fica desapontado ao observar os plátanos que margeiam o câmpus central na divisa com o Parque Farroupilha. Eles estão sendo mortos impunemente pela erva-de-passarinho, que não é retirada dos galhos. Bastaria que aquelas árvores tivessem uma mínima manutenção técnica para continuarem a formar uma das mais bonitas imagens do nosso câmpus. Contra essa praga só há um remédio: remoção física da erva-de-passarinho e acompanhamento posterior para evitar nova infestação. Manter uma bela carreira de árvores frondosas e saudáveis dá trabalho!

Alexandre Ruszczuk Neto, ex-aluno Biologia

CORREÇÕES

Parceria UFRGS-MIT

A matéria publicada na edição de agosto de 2010 do Jornal da Universidade intitulada “Exame de olhos no celular” omitiu a atribuição de créditos aos demais integrantes do projeto, objeto da reportagem. O projeto foi realizado em conjunto por pesquisadores do Instituto de Informática da UFRGS e do MIT Media Lab. Ao utilizar como subtítulo da reportagem “Pesquisador da UFRGS desenvolve dispositivo acoplado a telefone móvel que detecta problemas de visão” e, mais adiante, “Vitor Pamplona faz doutorado [...] Ele é o responsável pela criação do dispositivo” o texto induz o leitor à conclusão equivocada de que a tecnologia em questão foi desenvolvida de maneira independente pelo estudante. Um subtítulo mais apropriado seria “Pesquisadores da UFRGS, em parceria com pesquisadores do MIT, desenvolvem dispositivo acoplável a telefone móvel que permite detectar problemas de visão”. O projeto se desenvolveu com contribuições equilibradas de todos os pesquisadores envolvidos, que merecem o devido crédito.

Prof. Manuel Menezes de Oliveira Neto, Instituto de Informática - UFRGS

Memória da UFRGS

ACERVO DO CEME (ESEF-UFRGS)



1955

Competição de basquete feminino. A imagem integra o acervo do Centro de Memória do Esporte (Ceme) da Escola de Educação Física da UFRGS e registra momentos de prática desse esporte, que é a paixão do professor Mario Brauner, o entrevistado da coluna Perfil desta edição.

Artigo

O que fazer com os medicamentos vencidos?

Um grupo de professores e alunos da Faculdade de Farmácia, coordenado pela professora Louise Seixas, com o apoio da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho (Cosat), preocupado com o descarte correto de medicamentos, organizou campanhas de recolhimento de produtos vencidos. Como continuidade do trabalho, os parceiros se organizaram e tornaram-se postos permanentes de coleta.

O grupo também formou uma parceria com a empresa Central de Resíduos Pró-Ambiente para destinar corretamente os medicamentos. Essa empresa, licenciada pela Fepam, foi concebida para receber tanto resíduos industriais como dos serviços de saúde, incluindo medicamentos. A deposição destes é realizada em valas revestidas e cobertas, garantindo o total confinamento e a integridade do resíduo e impedindo a contaminação do solo, de acordo com a Res. n.º 306/2004 da ANVISA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama n.º 358/2005). Conforme as normas brasileiras, o

medicamento inclui-se na Classe I da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo considerado “Tóxico”, e no Grupo B do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que o classifica como “Resíduo Químico”.

Os medicamentos vencidos ou inutilizados não devem ser descartados no vaso sanitário, na pia, no lixo comum ou seco. Todos os medicamentos geram resíduos químicos que podem causar impacto ambiental, contaminando os recursos hídricos e o solo. Também muitos componentes dos medicamentos inibem a atividade das bactérias, impedindo-as de agir na biodegradação do lixo doméstico, além de contaminar as pessoas que lidam com o lixo. Muitas bactérias (do solo e dos recursos hídricos contaminados) podem propagar genes de resistência aos antibióticos, podendo, assim, tornar o tratamento antibacteriano não efetivo contra as doenças.

É importante que a comunidade encaminhe os medicamentos vencidos a um posto de coleta e os

separe adequadamente. Os medicamentos líquidos e pastosos, como cremes, pomadas e xaropes, devem ser encaminhados nas embalagens originais. Os medicamentos sólidos, como comprimidos ou cápsulas, devem ser retirados das cartelas, colocados em um saquinho e encaminhados aos postos de coleta. As caixas e bulas podem ser descartadas no lixo seco de casa.

Essas ações contribuem para a preservação do meio ambiente e evitam casos de intoxicação por medicamentos, em especial por parte de crianças. A conscientização diminui a automedicação e o uso dos medicamentos fora do prazo de validade.

Profa. Louise Seixas
Profa. Edyane C. Lopes
Farm. Sara Maria Gallina
Meiriéle Lara Meira,
Lyvia Moreira de Oliveira e
Priscila Nunes Kops (alunas do curso de Farmácia-UFRGS)

Em Porto Alegre, existem postos de coleta de medicamentos vencidos nos seguintes endereços:
- Farmácia Escola da UFRGS (Av. Ramiro Barcelos, 2.500); Farmácia Escola da PUCRS (Av. Ipiranga 6.681, prédio 12B); Unidade Básica de Saúde Santa Cecília (Rua São Manoel, 543); filiais da rede de Farmácias Panvel.

Lembre-se:

- Os medicamentos devem ser guardados sempre na embalagem original e com a bula, protegidos da luz, calor e umidade, longe do alcance das crianças;
- Nunca use um medicamento que foi indicado para outra pessoa;
- Utilize o medicamento conforme a recomendação do seu médico ou farmacêutico;
- Devem-se observar o prazo de validade do medicamento e também o seu aspecto – caso haja qualquer alteração, não deve ser utilizado;
- Devemos ter um cuidado redobrado quanto aos colírios e cremes, por exemplo, que, depois de abertos, possuem um prazo de validade menor do que o indicado no rótulo;
- Se os medicamentos estiverem fora do prazo de validade, descarte-os nos postos de coleta.

Tecnologia e educação

Colégio de Aplicação recebe computadores portáteis



Estudantes do Ensino Fundamental ganharam equipamentos para uso em sala de aula

Em cerimônia realizada no dia 10 de setembro, o Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS recebeu 800 computadores portáteis provenientes do projeto Um Computador por Aluno (UCA), desenvolvido pelo MEC. Entre os objetivos do programa, em nível nacional, está auxiliar na promoção da inclusão digital, a partir da aquisição de laptops e da sua distribuição em escolas públicas.

No Brasil, estão sendo entregues 550 mil laptops em 300 escolas públicas. “No Rio Grande do Sul, 14 escolas estão sendo beneficiadas, e cada uma receberá cerca de 500 computadores, que é mais ou menos o número de alunos e professores, para que todos tenham acesso a um laptop”, diz Léa da Cruz Fagundes, coordenadora do Laboratório de Estudos

Cognitivos da Universidade que se dedica há mais de 20 anos ao estudo da informática na educação e é uma das responsáveis pela implantação do UCA nacionalmente.

Além das máquinas, o projeto contempla infraestrutura e outros equipamentos necessários ao acesso à internet. O Colégio de Aplicação foi selecionado para receber os computadores do UCA devido aos estudos sobre a integração de tecnologia aos processos educacionais, realizados junto ao Laboratório de Estudos Cognitivos, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS. Um dos destaques é o projeto Amora, que procura reestruturar a grade curricular das 5.ª e 6.ª séries do Ensino Fundamental a partir dessas novas perspectivas.

Pós-graduação

UFRGS tem conceito máximo da Capes em 10 cursos

Para a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), a UFRGS tem a melhor avaliação entre as universidades do Estado. Dentre as instituições federais de ensino superior (Ifes), é a segunda melhor colocada, atrás apenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em relatório trienal divulgado em 15 de setembro, o órgão aplicou a máxima pontuação (nota 7) a dez cursos

de pós-graduação da nossa instituição. Três deles são os únicos em suas áreas com essa avaliação no país: Psiquiatria, Geociências e Música. Para o pró-reitor de Pós-graduação, Aldo Bolten Lucion, tal índice representa o grau de responsabilidade da UFRGS. “Recentemente, visitei importantes universidades fora do Brasil e o sentimento é o mesmo: todos reconhecem tanto a quantidade quanto a excelência da nossa pós-graduação.”

Comemoração

Cem Anos de República em Portugal

No dia 8 de outubro, o Instituto de Letras receberá os escritores Elder Macedo e Lídia Jorge para atividade comemorativa aos Cem Anos de República em Portugal. O encontro é uma promoção conjunta do governo português com a UFRGS e será realizado no Auditório Celso Luft, às 10h, aberto a toda comunidade. As comemorações tiveram início no mês de maio, em Lisboa, com a participação de professores brasileiros, entre eles a diretora do Instituto, Jane Tutikian, que falaram sobre literatura de Portugal.

Tripé

XI Salão de Extensão

O XI Salão de Extensão terá, em sua palestra de abertura, dia 5 de outubro, às 15h, na Sala II do Salão de Atos, Juan Diaz Bordenave, jornalista e escritor paraguaio. Ele falará sobre Encontros e desencontros: ensino, pesquisa e extensão, tema central do evento. Bordenave é doutor em comunicação pela Universidade do Estado de Michigan (EUA) e busca, através de seus estudos, uma comunicação mais regionalizada que considere a diversidade cultural. As atividades serão desenvolvidas nos turnos da manhã, tarde e noite, incluindo oficinas, conferências e mostras. A programação completa está disponível no site www.prorext.ufrgs.br.

Comunicação

Rede óptica beneficia comunidade porto-alegrense

Com a inauguração da Rede Metropolitana de Porto Alegre (MetroPOA), ocorrida no dia 31 de agosto, a UFRGS ganhou redundância em suas telecomunicações, aumentando de uma para três as rotas de transferência de dados entre os câmpus e resguardando a rede em caso de avarias na infraestrutura principal. Com 70,775 quilômetros de extensão de fibra óptica, a rede interliga 15 instituições – entre elas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a CEEE, a EPTC e universidades –, que podem trocar informações com agilidade e utilizar aplicações avançadas de comunicação, o que possibilita a ampliação das atividades de cooperação científica. “A rede permitiu a criação de caminhos redundantes para todos os nossos câmpus. Se o cabo de fibra óptica que segue pela Avenida Bento Gonçalves romper-se, continuaremos conectados pela via que segue pela Ipiranga. Antes, só existia um caminho; agora, temos mais dois: um pela Bento Gonçalves e outro pela Antônio de Carvalho. Além disso, as conexões dentro do Câmpus do Vale passaram a ser independentes, ou seja, se houver problema em um dos prédios, os demais poderão continuar on-line”, conta a diretora do Centro de Processamento de Dados da Universidade (CPD), Jussara Musse. Ela acrescenta que a capacidade de conexão no Vale, que antes era de 10 Gigabytes, foi duplicada. Com isso, estima-se que diminuam os problemas de queda de rede.

Cooperação internacional

Universidade formaliza acordo com Cabo Verde

A UFRGS deverá realizar três missões a Cabo Verde. A primeira está prevista para outubro, com a participação de núcleos de articulação, e terá professores naquele país monitorando as atividades de pesquisa e de estruturação administrativa do intercâmbio. O termo de cooperação foi assinado no dia 31 de agosto, com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O convênio integra a agenda de cooperação internacional do Brasil com a África. O professor Carlos Mielitz, coordenador pelo Brasil do Termo de Cooperação, explica que “o presente projeto tem como um dos objetivos o fortalecimento de uma rede de instituições em torno da problemática do desenvolvimento rural sustentável em Cabo Verde com o apoio da nossa universidade e o do Ministério do Desenvolvimento Agrário”. De acordo com ele, são esperados resultados como: cursos de curta duração sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar e segurança alimentar para os doutorandos em ciências sociais.

Câmpus do Vale

Ampliação do RU

O Restaurante Universitário do Câmpus do Vale (RU) aumentou em 120% sua capacidade, passando a contar com 1.060 lugares. Foi ampliado ainda o número de caixas para venda dos tickets, o que colaborou também para a redução de 50% do tempo de espera na fila – que chegava a 20min

em horários de pico. Após a inauguração das novas instalações, no dia 3 de setembro, o restaurante passou a servir em média 3.500 refeições por dia, entre almoço e janta. Internamente, os salões agora dispõem de maior espaço, propiciando conforto e possibilidade de circulação.



UFRGS TV

Nele

Extensão falando diversas línguas

Diante da necessidade do conhecimento de línguas estrangeiras para acompanhar as inovações e os avanços nas diferentes áreas do conhecimento, o Instituto de Letras da UFRGS criou o Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (Nele). Visando atender a essas exigências e respondendo ao desejo da Universidade de promover o ensino por meio de atividades de extensão direcionadas, o Núcleo atende tanto à comunidade acadêmica quanto à comunidade externa.

Criado há dez anos, o Nele oferece ensino de idiomas – Inglês, Espanhol, Alemão, Francês, Grego clássico, Italiano, Japonês, Latim, Russo, além de um curso de Português e outro de Produção Textual. Sua infraestrutura é montada nas salas de aula da graduação, localizadas no Câmpus Centro da Universidade, o que possibilita maior acessibilidade aos alunos.

Ao oferecer uma didática inovadora e excelência na qualidade de ensino, o Núcleo recebe reconhecimento da comunidade geral. Isso explica a crescente procura dos novos e antigos alunos. “O Nele vem sendo bem reconhecido e bem procurado, e eu acredito que é isso o que a Universidade quer e pensa: praticar as suas inovações de metodologia de sala de aula nos seus cursos”, afirma Kely Ferreira, professora de Espanhol no Núcleo.

Proporcionando o aprendizado mútuo entre alunos e professores, o Nele permite que ambas as partes compartilhem conhecimentos acerca das culturas que determinado idioma relaciona. Gabriela Amaral de Oliveira, estudante da língua espanhola, avalia que “é muito bom a UFRGS estar de portas abertas à comunidade. Não vejo o crescimento dessa ordem sem esse incentivo”.

O aprendizado em sala de aula garante também que professores e bolsistas do Instituto de Letras tenham a oportunidade de desenvolver suas pesquisas e de fazer valer a experiência como laboratório para suas carreiras. “Trabalhar aqui é enriquecedor para se conhecer novas pessoas e ver o quanto o trabalho de um professor não se dá somente em sala de aula, uma vez que pode ajudar uma comunidade – e o quanto esta nos faz crescer!”, declara Mônica Nariño Rodríguez, coordenadora do Núcleo.

Bruna Oliveira, estudante do 2.º semestre de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para entender melhor como funciona o Nele, assista ao programa CONHECENDO A UFRGS, que será exibido no dia 28 de setembro, às 20h10min e às 23h10min, e no dia 4 de outubro, nos mesmos horários, na UNITY, canal 15 da NET POA.



Débora Lapa Gadret*

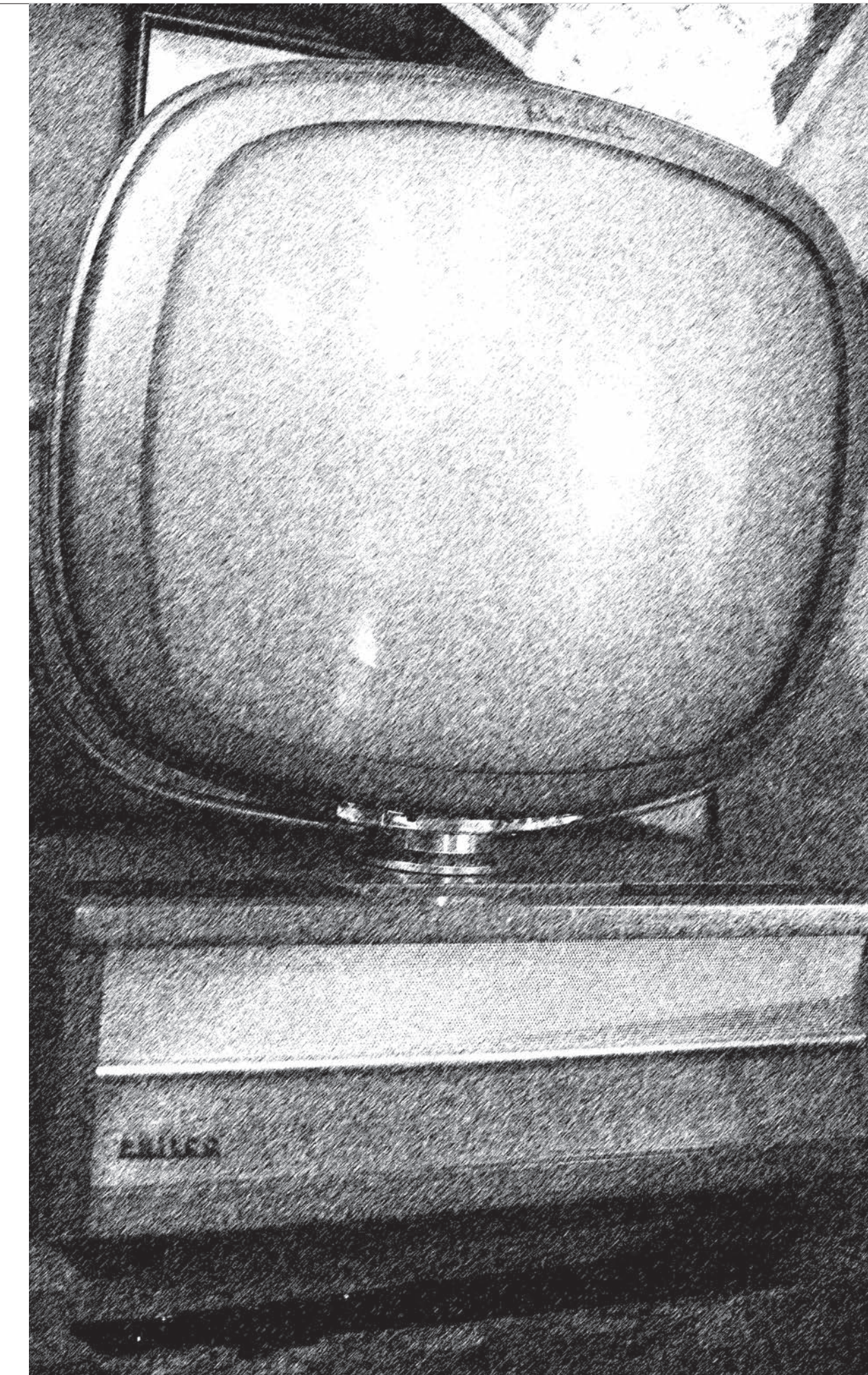
O mês de setembro de 2010 marcou os 60 anos da televisão no Brasil. Nas últimas seis décadas, a sociedade acompanhou transformações políticas e culturais através de programas de ficção, de jornalismo e de entretenimento, produzidos para a pequena tela. Os brasileiros assistiram à sua história pelas narrativas da tevê. Imagem e som ajudaram a formar o imaginário da população sobre si própria, sobre o país e sobre os seus governantes.

Naquele dia 18, em 1950, os paulistanos puderam ver a transmissão inaugural pela TV Tupi, canal 3, em um dos 200 televisores distribuídos em lojas e bares da cidade por Assis Chateaubriand, dono do primeiro oligopólio de mídia brasileiro, o grupo Diários Associados. O Brasil foi o quinto país do mundo e o primeiro da América Latina a implantar o sistema. A televisão representava a modernidade, com propagandas de geladeiras, fogões e lavadoras elétricas, e tinha também algo de exótico e de inusitado para uma população familiarizada com o rádio e concentrada em áreas rurais.

Em seus primeiros quinze anos – devido à falta de recursos das emissoras, ao pequeno número de lares com tevê, ao preço elevado do aparelho e ao caráter de improvisação com que eram gerenciadas as empresas e realizadas as produções –, seria difícil imaginar a centralidade que esse meio de comunicação viria a ter no Brasil. O momento, no entanto, foi favorável à sua implantação. Passava-se por um período de transformação social, no qual a industrialização e a urbanização davam condições para a formação de um mercado cultural de massa.

No que tange ao contexto político, as relações com o poder perpassam a história da televisão. Estabeleceu-se um vínculo de interdependência entre os controladores de emissoras e os atores políticos, sejam eles da esfera civil ou militar. Desde o início, as concessões foram moeda para negociação. Determinada pelo Executivo até 1988, a distribuição de canais era realizada de forma a favorecer aliados. Apenas no mês que antecedeu à promulgação da Nova Carta, 257 concessões foram distribuídas pelo então presidente. Com a Constituição e a necessidade de aprovação de novas concessões pelo Congresso, a prática tornou-se mais intrincada, mas ainda possível. Visto que boa parte de deputados e senadores são detentores de emissoras de rádio e televisão, os canais de radiodifusão brasileiros tornaram-se praticamente direito adquirido. Reflexo disso é a concentração de emissoras nas mãos de poucas famílias, muitas diretamente vinculadas a partidos e também a instituições religiosas.

Foi durante o regime militar que a tevê consolidou-se e expandiu-se por todo o território nacional. Isso porque o modelo econômico desenvolvimentista e o ideário político de integração da nação e de formação de uma identidade nacional deram condições financeiras, técnicas e sociais para o seu crescimento. Era de interesse dos militares, como em todo regime de exceção, um meio de comunicação de massa que pudesse servir de instrumento político. Para isso, foi tomada uma série de medidas que resultaram em condições favoráveis tanto para donos de emissoras quanto para o governo, atribuindo-se, este último, a censura prévia de produtos culturais e do



FLAVIO DUTRA/JU

Os 60 anos da TV brasileira

conteúdo jornalístico.

O contexto econômico facilitou o estabelecimento de indústrias de fabricação de aparelhos de televisão para atender ao mercado interno em expansão. Este, por conseguinte, foi estimulado por linhas de crédito que permitiam a aquisição de televisores em até 36 meses. O maior número de espectadores representou também mais verbas publicitárias de grupos nacionais e multinacionais que eram igualmente beneficiados pelo chamado “milagre econômico”. Vale lembrar que, desde o início dos anos 70, o governo – federal, estadual e municipal – representa o maior anunciante individual do país, aumentando ainda mais o vínculo entre emissoras e poder político.

Além disso, a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) deu condições técnicas para o crescimento de emissoras e para a transmissão de programas em rede nacional, pelo sistema de micro-ondas. Foi nesse contexto de desenvolvimento tecnológico que se formou a maior rede de televisão do

país e da América Latina, atualmente a 4.ª maior do mundo. A Rede Globo encontrou no plano de integração nacional uma oportunidade para fazer frente à TV Tupi e à TV Excelsior, ambas em declínio. A primeira entrou em decadência com a morte de Chateaubriand, e a segunda sofreu sanções dos militares por ter sido ligada ao presidente deposto João Goulart.

É dessa conjuntura que nasce o Jornal Nacional, em 1969, o primeiro programa transmitido em rede nacional no Brasil. A infraestrutura proporcionada pelo governo foi plenamente aproveitada por Roberto Marinho, a fim de ampliar o potencial mercado de consumo e diminuir os custos de produção de programação. Era possível, a partir de então, produzir o mesmo conteúdo para ser exibido simultaneamente em diversas emissoras e retransmissoras do grupo, abrangendo consumidores de diferentes localidades.

Ao mesmo tempo em que a Rede Globo aumentava seu lucro, colaborava também para a

realização do projeto político de integração nacional do governo militar. Precursora na exibição de programas em rede, a Globo rapidamente desenvolveu uma linguagem televisiva que buscava comunicar-se com todo o Brasil. Sotaques e expressões regionais foram “neutralizados”, e o país acostumou-se a um português falado somente na telinha. Uma programação local foi substituindo aos poucos a compra de programas estrangeiros, e criou-se um mercado, inclusive para exportação, das produções brasileiras. As novelas foram, desde o início, o principal produto a ser comercializado no exterior.

Mas o vertiginoso crescimento durante a ditadura não veio sem polêmicas. Negociações que contrariavam a legislação vigente, como a compra da TV Paulista e o acordo com o grupo Time-Life, não levaram a sanções, e suspeitas de uma estreita relação entre a emissora e o poder político foram levantadas. O período de redemocratização foi especialmente tenso para a Rede

Globo. O silêncio inicial em seus telejornais sobre a campanha das Diretas Já e, posteriormente, em 1989, a edição do debate entre Collor e Lula, favorecendo o primeiro, mostravam não somente as preferências políticas da emissora. Tornavam claro, também, que havia muitas mudanças a serem feitas para que ela sobrevivesse em um regime democrático. Fora das amarras da censura, outros veículos de comunicação expunham suas estratégias, acadêmicos debruçavam-se sobre sua cobertura e a população exclamava gritos de guerra contra a emissora em manifestações.

A televisão, entretanto, é e sempre será usada pelos atores políticos na construção de suas imagens. Independentemente de propriedade ou linha editorial, ela é o veículo de comunicação de massa por excelência. No Brasil, estudo realizado este ano pela própria Secretaria de Comunicação da Presidência da República aponta que 96,6% da população brasileira assiste à televisão. É também o meio mais utilizado para se obter informação sobre o cenário político. Nos espaços jornalísticos ou no horário de propaganda eleitoral gratuita é pela tevê que grande parte dos cidadãos brasileiros conhece seus representantes e constrói imagens sobre eles.

O que preocupa é que, apesar da entrada da TV paga nos anos 90 ou das possibilidades abertas pela tecnologia digital, o cenário atual indica que o sistema de mídia brasileiro permanecerá sob um modelo de concentração. Desde que o sinal digital começou a ser transmitido no país em 2007, o foco das emissoras tem sido a qualidade de imagem. O marketing em torno disso movimentou o mercado de venda de aparelhos de televisão, concentrando a expectativa dos consumidores apenas em ver seus programas em alta definição.

Porém, as reais mudanças em relação ao modelo de tevê hoje vigente estão na possibilidade de multiprogramação, de interatividade e de convergência entre mídias. A última ainda tem recebido atenção das empresas de telecomunicação e operadoras de telefonia móvel pelos interesses econômicos em jogo, que permitiriam aumentar seu escopo de atuação. É por isso, inclusive, que as empresas de radiodifusão e as teles – regidas por legislações diferentes – têm entrado em um embate.

Recursos que permitem a interação com o telespectador e a exibição de até seis programações diferentes em um mesmo canal são pouco debatidos e parecem uma realidade muito distante. Seriam essas as mudanças que realmente possibilitariam uma democratização da televisão por meio de inclusão e participação de um grupo muito maior de pessoas na produção de conteúdo.

A legislação prevê que, em 2016, toda a transmissão de televisão será digital no Brasil. São apenas seis anos de transição, e a discussão sobre o modelo de tevê brasileira está restrita ao governo e aos dois grandes grupos de interesse: empresas de radiodifusão e de telecomunicações. Alguns movimentos, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, buscam ampliar o debate, mas ainda será preciso uma grande mobilização popular para que realmente possamos ter uma tevê mais plural no país.

*Jornalista e mestrande do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Fabco-UFRGS



Futuro em debate

**Planejamento
Universidade
promove
audiência
pública para
colher sugestões
ao Plano de
Desenvolvimento
Institucional**

Caroline da Silva
e Jacira Cabral da Silveira

Em 24 de setembro, a UFRGS realizou uma audiência pública para a apresentação de contribuições ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – documento que deverá mostrar os caminhos para as decisões que a Universidade irá tomar ao longo dos próximos cinco anos, a fim de manter e reforçar sua posição de destaque no cenário nacional e internacional.

Na cerimônia de abertura, o reitor Carlos Alexandre Netto lembrou que o trabalho de construção do Plano já dura mais de um ano, enquanto o discurso do vice-reitor Rui Vicente Oppermann, coordenador da comissão de implantação do PDI, destacou o papel do chamado Livro Verde na elaboração das sugestões que serão encaminhadas para avaliação do Conselho Universitário. De acordo com o vice-reitor, todas as contribuições encaminhadas via Internet ou expressas verbalmente na audiência, mesmo que não vierem a constar do Livro Verde, serão anexadas a ele e encaminhadas juntamente com o Livro Branco ao Conselho Universitário (Consun), que deverá apreciar o documento em reunião prevista para o dia 8 de outubro. “Trata-se de um processo aberto, no qual todas as participações estarão, efetivamente, sendo relevadas”, salientou o professor. Conforme foi destacado durante a audiência, essa iniciativa, inédita no âmbito da UFRGS, incorporou recursos contemporâneos de participação às práticas democráticas presentes historicamente na Universidade.

Entre os dias 27 de agosto e 5 de outubro, ocorreu uma consulta pública por meio do site <http://www.pdi.ufrgs.br>, no qual todos os membros da comunidade universitária puderam deixar registradas suas sugestões.

Todo esse processo está inserido numa agenda maior de compromissos legais protagonizada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), que exige que as universidades apresentem seus PDIs. Segundo o professor Rui, tal adequação tem implicações posteriores de ordem administrativa. Ele cita duas dessas consequências: os atuais processos de avaliação institucional demandam a existência de um PDI, papel anterior-



Cláudio Scherer, presidente da Adufrgs e representante da CUT no Consun, criticou o foco na quantidade de produção de papers pelos docentes

mente desempenhado pelos planos de gestão; e o planejamento de investimentos que o MEC está fazendo para suas instituições federais de ensino superior está fundamentado nos PDIs. “Portanto, esse Plano é o balizador que vai permitir nos habilitarmos para financiamentos de toda natureza que venham a acontecer”, alerta o vice-reitor.

Conforme ressaltou o professor Sérgio Roberto Kieling Franco, membro da comissão de elaboração do Livro Verde: “Essa é uma metodologia internacional de trabalho de produção de textos complexos, utilizada em várias universidades de outros países. Ela implica a produção de um primeiro texto norteador da discussão, seguida de uma consulta e de uma audiência públicas exatamente para enriquecer o documento inicial. Essa direção que o PDI vai apontar deve ser bastante consensual dentro da Universidade. Questões como a organização acadêmica, as políticas de extensão, de graduação, de pesquisa serão debatidas no âmbito das administrações das unidades, dos conselhos e dos colegiados dos departamentos. Com isso, se pretende que a Universidade deixe de ser reativa às circunstâncias e passe a tomar a iniciativa”.

Apesar da escassa presença do público, a audiência serviu para colher propostas dos representantes de diferentes segmentos da comunidade universitária, bem como das entidades da sociedade que têm assento no Conselho Universitário. Realizado no Salão de Atos, o encontro foi dividido em dois turnos: a parte da manhã foi reservada

A direção que o PDI vai apontar deve ser consensual dentro da Universidade, mas esse consenso deve surgir por meio do debate e da participação da comunidade

às manifestações de representantes do Diretório Central de Estudantes (DCE), das associações de docentes, de técnicos, de pós-graduandos e de ex-alunos, seguidas dos representantes de entidades com direito a voto no Consun, tais como FIERGS e CUT. À tarde, membros da comunidade universitária que haviam enviado sugestões ao Plano por meio do site puderam apresentar suas propostas ao público presente. O Jornal da Universidade apresenta, a seguir, uma síntese do que ocorreu naquele dia.

Paridade e desburocratização – A abertura para a participação de associações e órgãos com assento no Conselho Universitário deu margem a revanchismos e reivindicações de categorias. Algumas das pedras atiradas rebateram no telhado de vidro brilhante da Universidade, blindado pelas boas colocações em avaliações acadêmicas nacionais.

Outras manifestações tiveram eco para quem conhece o interior da UFRGS. Problemas delicados da trajetória da nossa instituição foram mencionados nas manifestações dos representantes de entidades. A questão da falta de igualdade entre servidores docentes, técnicos-administrativos e estudantes reverberou. Uma das propostas foi a de que a Universidade adote a paridade nas eleições à reitoria, conforme reiteraram a Assufrgs, representada por Fabiano Porto Rosa, o DCE, na fala da estudante Claudia Elizabeth Thompson, e a APG, na manifestação de sua presidente, Gabriele Gottlieb.

Houve manifestações de preocupação quanto ao regime de dedicação exclusiva dos professores, que estariam impedidos de manter atividades fora da UFRGS sem ter maior interação com a sociedade e sem manter o espírito empreendedor. Esse ponto foi levantado pela representante da Associação de Antigos Alunos, Lilian Bercht Fracaro, e também por Ricardo Menna Barreto Felizzola, empresário, ex-aluno e ex-docente, falando em nome da FIERGS. Ele ainda opinou positivamente sobre a internacionalização da Universidade: “A UFRGS tem condições de postular um lugar entre as melhores universidades do mundo, como o Brasil pode ser a 5.ª economia internacional”. Felizzola listou outro ponto negativo, também levantado pela representante do Diretório Central dos Estudantes: a burocracia na Universidade. Segundo o ex-professor da UFRGS, uma instituição desburocratizada seria mais ágil e competitiva.

Outro tema mencionado foi a mudança na forma de avaliação docente, que hoje obriga os professores a se concentrarem mais na pesquisa, deixando os outros dois lados do tripé, ensino e extensão, em segundo plano. “Ultimamente houve uma concentração quase exagerada de esforço dos docentes na pesquisa, mas daí a negligenciar o ensino, especialmente o da graduação, não é bom. O fato de que órgãos e agências dão dinheiro e bolsas para quem produz cientificamente é bom, mas é preciso ter cuidado.” A opinião é de Cláudio Scherer, presidente da Adufrgs e representante da CUT no Consun. Ele criticou o foco na quantidade de produção, que exige um número elevado de publicações anuais: “Que qualidade é essa? Que impacto tem essa pesquisa científica para a sociedade que a financia?”. Na crítica do professor do Instituto de Física, os estudos devem resultar mais em patentes, em inovação, e o PDI pode reforçar essa transformação de meta.

Amarílio Vieira de Macedo Neto, presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, destacou a interação entre as instituições no desenvolvimento de projetos interdisciplinares e citou exemplos da aproximação entre a Universidade e o HCPA. Encerrando a manhã, o professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Osvaldo Leal de Moraes, diretor científico da Fapergs, destacou o papel pioneiro da UFRGS em dar início ao PDI em nosso Estado – a exemplo do que já foi feito em outras ocasiões, servindo de modelo às demais instituições gaúchas.

Comunidade fez críticas e apresentou sugestões

A parte da tarde da audiência pública para a discussão do PDI foi reservada às manifestações da comunidade acadêmica (professores, alunos e técnicos-administrativos) inscritos na hora ou aqueles que solicitaram participação antecipadamente via site do PDI.

Entre as falas, destacou-se um grupo de alunos, professores e técnicos do curso de Fonoaudiologia, vinculado à Faculdade de Odontologia e

ao Instituto de Psicologia. O grupo salientou a importância da fixação dos estudantes no ambiente acadêmico, visto que a falta de um setor específico da administração da Fonoaudiologia, aliada à carência de estrutura física para a realização das aulas e dos estágios obrigatórios, fez com que muitos se desmotivassem, havendo grande evasão dos egressos da turma de 2008. Plano de construção de prédios e centros de convivência, maior flexibi-

lidade das cargas horárias curriculares para que o aluno possa desfrutar dos espaços de convivência, das atividades de extensão e de iniciação científica, além de um melhor aproveitamento dos espaços e da valorização destes para o uso das pessoas, foram outros aspectos levantados.

Também se fizeram críticas ao modelo departamental da Universidade que, de acordo com os manifestantes, impede a agilidade e a

horizontalidade dos processos próprios da vida acadêmica, quer no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão ou mesmo administrativo. Apesar de reconhecerem o valor sinalizador do PDI, professores destacaram a importância de transformar-se o Plano num instrumento de planejamento, com metas para os próximos três ou quatro anos, com ampla participação da comunidade acadêmica.



Guilherme Furtado e Paula Augustoni, bixos do curso de Engenharia de Produção da UFRGS, eram só sorrisos no dia do trote que, para alguns, serve para a integração com os colegas

Os desafios de ser bixo

Calouros

Novos estudantes passam por um processo de adaptação à rotina universitária

Uma fase de adaptação. Assim podem ser descritas as primeiras semanas letivas do segundo semestre de 2010 para os mais de 1.500 bixos que ingressaram nos diversos cursos da UFRGS. Biblioteca, cartão, restaurante universitário, casa do estudante, trote, grade de horários, novos conteúdos, siglas de departamentos e endereços. São muitas as informações que eles precisam assimilar e nesses primeiros momentos da vida universitária.

É também uma questão de se acostumar ao nível de exigência, de socializar-se e de entender a dinâmica do Ensino Superior. O semestre inicial é um dos mais difíceis, caracterizando-se como um “rito de passagem”. Quem usa o termo é o coordenador do Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE) da UFRGS, o professor de Psicologia Marco Teixeira.

Iniciativa – Para o professor, o maior desafio é a adaptação ao nível de exigência universitário. “Não se trata apenas de reproduzir o que se vê em sala de aula ou nos livros, mas sim de apropriar-se do conhecimento. Isso requer uma postura ativa no sentido de buscar informações, de descobrir formas de resolver dúvidas e de superar as dificuldades que eventualmente encontra”, exemplifica.

Muitas vezes, os bixos percebem que perderam aquele ritmo de estudos ao qual estavam acostumados. É o que observa Jéssica Bandeira, caloura do curso de Letras, para quem o começo das aulas foi muito corrido.

Assim, o novato é obrigado a aprender rapidamente que o aproveitamento do estudo universitário dependerá de sua iniciativa pessoal, como explica Adriane Bosak dos Santos, estudante do 2.º semestre do curso de Filosofia: “Na faculdade, a aula apenas situa você no assunto, o desenvolvimento teórico vem a partir da sua pesquisa”.

Socialização – O primeiro semestre na Universidade é também o tempo de integrar-se ao curso. A tinta, o pedágio e até a água de peixe acabam fazendo parte desse processo de socialização.

Bem Hur Petry, calouro da Engenharia Elétrica, comenta de forma positiva a sua participação: “Foi bem pesado, especialmente o trote sujo, mas foi bom porque conhecemos muitas pessoas”. Em alguns casos, o trote pode até ajudar os estudantes a se localizarem no câmpus. Foi o que ocorreu com os bixos da Engenharia Civil, conforme relata a caloura Fernanda Linck. “Como o nosso trote foi com [os calouros carregando] um cano, ficou fácil identificar os colegas do curso. Pudemos então procurar as salas juntos”.

Os novos alunos ainda precisam aprender como funcionam as bibliotecas e os restaurantes universitários (RUs). Uma dica de Adriane é pedir ajuda: “Em minha primeira experiência na biblioteca, entrei de mochila quando não podia e não sabia pesquisar nada no catálogo online. O RU foi mais tranquilo, segui o fluxo (risos)”.

Localização – Com uma estrutura de aproximadamente 300 prédios, a UFRGS forma um labirin-

to para os alunos que ingressam semestralmente. William Antoniazzi, calouro de Letras, lembra como foi sua primeira semana no Câmpus do Vale: “No começo, perguntava onde era o xerox, e me respondiam ‘passa o Antônio, e depois vira pro lado’, ou ‘no prédio da Física tem...’ E então eu perguntava onde era o prédio da Física, e diziam ‘É do lado da Matemática’. Assim, eu ficava sempre pedindo novas informações”.

Em seu site, a Pró-reitoria de Graduação disponibiliza o “Guia do Calouro”, com informações sobre o funcionamento da UFRGS e mapas dos câmpus. É claro que, como observa o estudante Rodrigo Davi, bixo no curso de Engenharia Elétrica, “passar do mapa pra prática é diferente, mas acabamos nos encontrando com colegas que também estão perdidos, e assim procuramos juntos pelas salas”. A dificuldade, que é apresentada como a principal pelos calouros, acaba sendo mais um motivo para integração.

Choque cultural – Há casos não tão raros em que o convívio acadêmico acarreta alguns choques culturais com o (por vezes pressuposto) *mainstream* universitário. Foi o que ocorreu com Laura Marzullo dos Santos, colega de Jéssica, bixo no curso de Jornalismo: “Eu sou cristã evangélica, e fizemos uma entrevista comigo na comunidade [dos bixos no Orkut]. Isso causou muita polêmica”.

Trata-se de encarar toda uma nova atmosfera intelectual, em que certos valores partilhados pela maioria de seus pares parecem hostis à sua crença. Mas Laura encontrou um ambiente propício ao debate racional. “Houve um confronto de ideias, mas as pessoas aprenderam a me respeitar, e acho que também estou tendo a oportunidade de demonstrar de que maneira eu penso”, conclui.

Morando longe de casa

Agora as questões psicológicas da adaptação a uma nova rotina, muitos calouros enfrentam dificuldades materiais para sua manutenção na universidade, como moradia e um meio de sustento, que são especialmente urgentes para quem veio de fora da capital (e, muitas vezes, do estado) para estudar. A Casa do Estudante aparece como uma alternativa – em alguns casos, a única – para os que não podem contar com a proximidade da família em Porto Alegre nem bancar o aluguel de um apartamento.

Segundo Betina Graeff, assistente social da Casa do Estudante Universitário, os candidatos às vagas na Casa passam por um processo de seleção que inclui a preparação de um perfil socioeconômico do estudante para averiguar se há, de fato, necessidade do benefício. Alguns dos critérios para selecionar os moradores são: renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio e a conclusão de menos de 75% do currículo do curso, o que facilita o acesso dos calouros. A oferta de vagas na casa – que atualmente conta com 382 ocupantes – por, porém, permanece sempre bem reduzida: tanto que apenas 14 novos estudantes entraram em setembro. “É o período em que menos há vagas na Casa do Estudante”, confirma Betina.

Iolanda Rodrigues, bixo de Geologia em 2010, é de Minas Gerais e diz que não conseguira estudar na UFRGS se não morasse na Casa do Estudante. Ainda que dependa dessa moradia, ela está muito insatisfeita com as condições de habitação. “A Casa do Estudante é bem legal, porque a gente tem assistência e tudo, só que falta muita coisa também. Principalmente o banheiro, porque não é bem limpo. Muitas meninas da casa pegam infecção urinária, porque o banheiro não é muito bem limpo”, reclama. Todos os finais de semana, os estudantes disputam o espaço da única cozinha em toda a Casa. Há também problemas periódicos de falta de gás e, principalmente, de água.

Para Iolanda, torna-se especialmente difícil conciliar o trabalho com a rotina de estudos de seu curso: “Eu tenho programado para o semestre uma carga horária muito grande e esse trabalho acaba sendo necessário para mim, para poder fazer as refeições no fim de semana. O supermercado aqui é muito mais caro que na minha região lá de Minas”.

O que mais desapontou a jovem mineira foi a falta de assistência aos alunos na UFRGS, especialmente os que residem na Casa do Estudante: “Acho que para o estudante que vem de fora ou para o aluno carente devia haver uma melhor assistência”, conclui.

Ajuda pela Internet

No último vestibular, a UFRGS admitiu quase 5.000 novos alunos – número que excede em 400, aproximadamente, a soma dos aprovados no concurso de 2009. Nesse contexto de ampliação de vagas, a Universidade precisa estar sempre criando novos modos de garantir que a adaptação dos bixos ao ambiente acadêmico seja a mais tranquila possível. Um projeto de atendimento aos alunos de graduação vai ao encontro dessa necessidade.

Trata-se do SOS Aluno, um meio de comunicação para auxílio, orientação e esclarecimento de dúvidas. Disponível no Portal do Aluno, essa ferramenta possibilita um atendimento personalizado pela Internet, que pode ser realizado de duas maneiras: pelo envio de uma mensagem, que lhe será respondida posteriormente, ou por meio de uma conversa em tempo real, pelo chat. O atendi-

mento, que funciona de segunda a sexta-feira entre as 8h30min e as 17h30min, é responsabilidade de sete bolsistas contratados especificamente para exercer essa função.

Matheus Martins, estudante do 4.º semestre do curso de Engenharia Elétrica, é um dos bolsistas que respondem às dúvidas enviadas para o SOS Aluno. Segundo ele, raramente aparecem bixos para fazer alguma consulta. Como os estudantes, na maior parte das vezes, fazem uso do Portal para a realização da matrícula, e os novatos se inscrevem presencialmente, a ferramenta acaba sendo mais útil aos alunos do segundo semestre em diante. Ainda assim, por vezes, surgem perguntas típicas de novatos. Martins conta que, recentemente, houve quem perguntasse por que uma determinada cadeira não estava disponível

para matrícula. Descobrir a resposta foi simples: o aluno não havia feito a disciplina pré-requisito...

Em funcionamento desde o segundo semestre de 2009, o SOS Aluno foi criado a partir de uma iniciativa conjunta do Centro de Processamento de Dados (CPD) e do Departamento de Controle e Registro Discente (Decordi). Atualmente, o atendimento é realizado na estrutura física do Decordi.

As demandas dos estudantes, especialmente dos bixos, podem ser resolvidas facilmente – basta que eles tenham a quem recorrer. Com soluções criativas como a que deu origem a essa ferramenta, a UFRGS poderá continuar recebendo com tranquilidade, e cada vez mais, novos universitários.

João Flores da Cunha, Fernando Costa e Mariana Sirena, estudantes de Jornalismo da Fablico

Filosofia dividida

História

Setembro marcou os 40 anos do desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS

O bar era a “esquina do mundo”. O centro acadêmico, ponto de encontro. O prédio da faculdade, local de debates, cinema, teatro, manifestações políticas. A passeata dos calouros, momento para criticar o poder. Na Faculdade de Filosofia da UFRGS, o período anterior aos anos 70 foi marcado pela efervescência cultural dos estudantes dos cursos que funcionavam no Câmpus Centro.

Há 40 anos, foi implantada na UFRGS a Reforma Universitária, que modernizou o funcionamento do ensino, mas também promoveu a desintegração das turmas, em especial na Filosofia. O modelo norte-americano de departamentos foi adotado, assim como o sistema de créditos. Novas unidades foram criadas, e algumas separadas em diferentes câmpus. A memória sobre o período ressurge no aniversário de quatro décadas de departamentos e institutos, pelos relatos de antigos estudantes e professores da Universidade.

Reforma – “Uma espécie de universidade dentro da universidade.” Assim Lúcio Haggemann descreve a Faculdade de Filosofia antes de 1970. “Ela abrigava 14 cursos. Muitas universidades hoje não chegam a esse número”, complementa. Ele foi assessor de gabinete do reitor Eduardo Faracco de 1968 a 1972, época da transformação estrutural da UFRGS. Ao lado do já falecido professor Jorge Honório Britto, que era o chefe de gabinete do reitor, Haggemann criou todos os atos da Reforma Universitária. As mudanças ocorreram em decorrência da Lei 5.540, de 1968, que fixou normas de funcionamento para o ensino superior brasileiro e cujo princípio básico era a departamentalização e a formação de institutos centrais. “As universidades eram uma federação de escolas: unidades isoladas que permaneciam isoladas. Elas tinham uma junção apenas pelos professores representantes no Conselho Universitário”, explica Haggemann.

Funcionava na UFRGS o sistema de cátedras, com grande autonomia das unidades. No entanto, ele era considerado um entrave para o desenvolvimento de uma universidade mais funcional e integrada, pois cada professor catedrático detinha o poder de decisão sobre os conteúdos ministrados. A lei que mudou esse quadro resultou dos debates surgidos no bojo das ideias desenvolvimentistas dos anos 1950.

O Ministério da Educação teve assessoramento norte-americano nas mudanças, o que se refletiu na escolha pela organização em departamentos. Trata-se do acordo MEC-Usaid, realizado com a Agência Norte-americana pelo Desenvolvimento Internacional.

Lúcio Haggemann afirma que a reforma foi bem acolhida dentro da universidade, de maneira geral. Porém, alguns segmentos, pela origem do assessoramento, fizeram graves críticas. “Dizia-se que havia ingerência do

pensamento norte-americano nas universidades brasileiras”, comenta o ex-assessor. A separação de turmas, que deixaram de realizar o mesmo percurso acadêmico do início ao final do curso, foi um dos aspectos mais criticados como medida para abafar a agitação contra o poder instituído.

Divididos – “El tiempo es memoria y olvido.” A jornalista Clarice Aquistapace cita o escritor Jorge Luis Borges para justificar os eventuais esquecimentos de detalhes que os seus relatos poderiam conter. Lembranças sobre a época em que ela ia passear na Redenção com os colegas de curso, tomar café no bar com seus professores e participar de debates sobre o momento político do país.

Clarice foi aluna do jornalismo de 1966 a 1968, quando o curso ainda funcionava no prédio da Filosofia. Transcorriam os anos anteriores ao Ato Institucional número 5, que intensificou a repressão às manifestações contrárias ao regime militar brasileiro. O ensino, segundo ela, era bastante deficiente no âmbito técnico, no caso do curso de Jornalismo. “Acho que aprendíamos mais no bar, onde os professores iam tomar cafezinho conosco e nos contavam histórias”, relembra.

Se, por um lado, ela reconhece os problemas do curso quando era integrado à Filosofia, por outro, ressalta o ponto negativo do desmembramento da Faculdade, que aconteceu no ano seguinte à sua formatura. “No momento em que se reúnem jovens recém-saídos da adolescência, criam-se laços, alguns indissolúveis. Terminando com a turma, tu terminas com isso, e naquele momento político específico de resistência, o poder levava vantagem”, justifica a jornalista. Não havia ingresso semestral, de modo que quase todas as turmas terminavam o período acadêmico juntas. Clarice mantém relações de amizade até hoje com seus colegas de turma.

Luiz Paulo Vasconcelos, professor aposentado do Departamento de Artes Dramáticas, segue essa mesma linha de pensamento: “Justamente pra evitar o vínculo, passou-se a usar o sistema de créditos, assim se estudava cada disciplina com pessoas diferentes. Não sei se esse método americano é melhor que o anterior, mas naquela época, em função da ditadura em que vivíamos, eu acho que teve um efeito, espatifou a integração dos grupos”, argumenta. O ecletismo dos alunos de cursos diferentes permitia uma pluralidade de estilos de pensar, o que resultava numa efervescência cultural: clube de imprensa, cinema, debates. Para Lúcio Haggemann, a Faculdade de Filosofia era a unidade em que se reunia a intelectualidade da Universidade. O centro acadêmico Franklin Delano Roosevelt e o bar da Filosofia, que funcionavam no local em que atualmente está instalado o bar do Antônio, exerciam uma centralidade na agitação.



Para a jornalista Clarice Aquistapace, a passeata dos bixos de 1966, em que os estudantes protestaram contra o regime militar vestidos de negro, foi um dos momentos mais marcantes de sua vida acadêmica

Integração e resistência

“O Bar da Filosofia era a esquina do mundo. Todo mundo ia pra lá, era o ponto de encontro. Até os guris da Engenharia iam lá atrás de gurias, já que elas eram raras nos cursos deles. Tudo que eu aprendi de interessante foi no bar.” Quem comenta é Paulo Coimbra Guedes, que se formou em Letras em 1962 e logo retornou à Universidade como professor. Sua história com a UFRGS é antiga: entrou na instituição ainda com 12 anos, pois estudava no Colégio de Aplicação. Na época, a escola funcionava na sala 313 do prédio da Filosofia, assim como o curso de Letras.

Porém, Guedes não é completamente saudosista quando se refere à antiga Faculdade. Em relação ao desmembramento das turmas, o professor não denuncia a Reforma Universitária como o único fator de separação, mas tenta inserir a questão num contexto mais amplo. “Quando todos estudavam no centro, nos mobilizávamos mais rapidamente. Mas a perda dessa movimentação não tem a ver só com o desmembramento da Faculdade: tem a ver também com a centralidade do movimento estudantil, que hoje não existe mais com tanta representatividade.” A repressão que se intensificou

após os anos de 1970, nos conhecidos “anos de chumbo” da ditadura, também contribuiu fortemente para diminuir essa integração.

Luiz Paulo Vasconcelos teve o seu primeiro contato com a UFRGS em 1969, ocasião em que ele apresentou uma montagem teatral de Brecht. “Um espetáculo essencialmente político, e Brecht, um político de esquerda”, comenta, referindo-se à questão comum sobre o problema da censura. “Dependia de como tu administravas a situação. Do ponto de vista da escolha das peças, os espetáculos didáticos não sofreram censura. Eu me aproveitava disso”, completa. O professor começou a dar aulas em 1970, ano da separação do DAD da Faculdade de Filosofia.

A memória do desmembramento da Faculdade atrela-se à história política e cultural brasileira. Clarice Aquistapace narra episódios como a “tomada” da Filosofia, em 1967, em que os estudantes ocuparam o prédio por um dia inteiro, debatendo o momento pelo qual o Brasil passava e aspectos como o acordo MEC-Usaid. Mas a passeata dos calouros de 1966, na qual todos os estudantes desfilaram vestidos de preto, carregando cartazes com frases célebres sobre liberdade, é um dos mo-

mentos mais marcantes da sua época de estudante. “Foi algo tão significativo naquele momento específico que as pessoas na rua choravam”, relembra.

Paulo Guedes também cita as passeatas como momentos memoráveis de integração entre os estudantes nos anos 60. Porém, segundo ele, em termos de intercâmbio de conhecimentos entre os cursos, a união física no mesmo prédio não era o fator determinante. Ele acredita que com o sistema departamental até se aproveitavam mais as possibilidades de cursar disciplinas diversificadas. Na sua época de aluno, ele passou por aulas de Filosofia e de Ciências Sociais, para além de Letras, e explica que fez isso por um interesse pessoal: “Não era muito comum, já que as turmas ficavam mais fechadas por cursos, devido ao regime anual”. Guedes teve três turmas, pois repetiu duas disciplinas e passou por uma mudança curricular das Letras. “A integração entre os alunos de diferentes cursos era aquela do bar, que se dava não pela troca de informações de áreas de estudo, mas sim por causa da política”, completa.

Mariana Sirena, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Especial

Primeiros *impacto*

TEXTO **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**
 FOTOS FLÁVIO DUTRA E CADINHO ANDRADE

Ações afirmativas
Estudos indicam que índice de aprovação de autodeclarados negros aumentou cerca de três vezes

No último vestibular antes da aprovação das cotas, a taxa de classificação foi de 6,9% dos inscritos autodeclarados negros; no ano seguinte, em 2008, esse percentual saltou para 21%. Os resultados do estudo foram divulgados pela pró-reitora de graduação, Valquíria Linck Bassani, durante seminário sobre o tema, realizado de 18 a 20 de agosto na Universidade.

De acordo com Valquíria, também presidente da Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAA), o estudo considerou as informações oferecidas pelos vestibulandos em questionário socioeconômico aplicado pela Comissão Permanente de Seleção. “Com tais dados, analisou-se o impacto no perfil dos alunos ingressantes pelos dados gerais dos concursos dos três últimos vestibulares.”

Um dos cálculos mediu a proporção de ingressos de candidatos oriundos de escolas públicas entre os *inscritos* nos cursos de baixa densidade (menos de cinco candidatos por vaga). No vestibular de 2007, esse índice foi de 38,7%; em 2008, passou para 39,4%; e 39,6%, em 2009. A proporção foi semelhante nos cursos de média e de alta densidade (de 5 a 9 candidatos por vaga e de 9 candidatos para cima, respectivamente).

Mas o mesmo não ocorreu no impacto sobre o índice de *classificados* no vestibular. Em 2007, o percentual foi de 31%; no ano seguinte, passou para 49%, demonstrando um aumento de 18%. “A instituição das cotas para as escolas públicas não aumentou o número de *inscritos*, mas aumentou o número de *classificados*. Houve impacto no ingresso”, resume a pró-reitora.

No segmento dos candidatos egressos de escolas públicas e autodeclarados negros, verificou-se que, embora na relação número de inscritos antes e depois da instituição das ações afirmativas a diferença tenha sido baixa – em 2007, o percentual foi de 5%, e nos dois anos seguintes passou para 6% –, o impacto foi muito significativo no índice de *classificados*, passando de 3% em 2007 para 11% em 2008, representando um aumento de 8%.

O estudo agora começa nova etapa, tendo como foco a avaliação do desempenho. Para a pró-reitora, essa análise não pode ser feita a curto prazo. Na avaliação de Valquíria, cinco anos é tempo insuficiente para a promoção de ações capazes de superar crises como a das ciências exatas, em que é geral a reprovação de alunos, sejam cotistas ou não. Problema, entretanto, que não é responsabilidade exclusiva do ensino superior. Ele deve começar a ser resolvido bem antes, “lá no ensino médio”, pondera.



Auxílio busca garantir permanência

Em 2008, o governo federal destinou um montante de R\$ 120 milhões para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), passando para R\$ 300 milhões em 2010 – um aumento de 150% de repasse às universidades. Esses recursos têm destinação exclusiva à assistência estudantil para implementar ações em cultura, inclusão digital, auxílio creche, transporte, apoio pedagógico, atenção à saúde e, mais recentemente, suporte aos portadores de necessidades especiais.

Na avaliação de Edilson Amaral Nabarro, titular da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), tais políticas são determinantes para o futuro acadêmico dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica: “Não adianta o governo criar políticas de inclusão que aumentem a largura da porta de entrada se não promove políticas específicas para aumentar a largura da porta de saída da universidade”. Para o secretário, o sucesso das políticas de inclusão está diretamente ligado à ampliação da assistência estudantil.

Além dos benefícios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o Sistema de Bolsas da UFRGS oferece 800 Bolsas Permanência e cerca de 4 mil bolsas de natureza acadêmica. Recentemente, a SAE disponibilizou um novo benefício: o AME (Auxílio para Material de Ensino). É um valor de R\$ 120,00 para custear parte das despesas dos alunos com material para uso nas atividades acadêmicas. No site

www.ufrgs.br/sae estão disponíveis informações sobre todas as ações de assistência da Universidade e de como candidatar-se a elas.

Apoio pedagógico – Desde o início deste ano está em andamento o Programa de Apoio à Graduação (PAG2), que tem por objetivo oferecer acompanhamento pedagógico, especialmente na área das Ciências Exatas, em que há um número significativo de reprovações. A primeira edição do PAG2, que vai até o final do ano, está desenvolvendo oficinas de cálculo, química, física, português e inglês.

Essas oficinas são gratuitas e ministradas aos sábados por professores e também por alunos pós-graduação. O programa é aberto a todo estudante, mas com prioridade para os calouros, como forma de minimizar futuras dificuldades no decorrer do curso.

De acordo com a professora Valquíria Linck Bassani, o apoio pedagógico aos alunos ingressantes na universidade, seja através da reserva de vagas, seja pela entrada universal, é o mais importante para o sucesso e a permanência desse estudante e deve ser intensificado. “Os professores já observam que aqueles mais assíduos acabam indo melhor em seus cursos”, comenta. De uma forma mais ampla, Valquíria entende que ainda é muito cedo para uma avaliação mais consistente, uma vez que o projeto está em suas primeiras edições.

Uma vaga por direito

“Até que ponto a Universidade e o aluno assumem que o sistema de reserva de vagas representa um direito que foi discutido e aprovado?” A pergunta da professora Arabela Campos Olivén, da Faculdade de Educação (Faced), antecipa um dos temas que deverá estar presente na avaliação do percentual de vagas e das regras de funcionamento do sistema de ações afirmativas implantado na UFRGS a ser realizado em 2012, conforme prevê a normativa do Conselho Universitário (Consun).

Para a pesquisadora, os alunos que passaram no vestibular via reserva de vagas não podem se sentir constrangidos por buscar tudo o que a vida acadêmica tem a oferecer ao seu crescimento pessoal e profissional. Isso porque “as cotas na Universidade agora são um direito conquistado, e não podemos ter vergonha quando conquistamos um direito”.

Silvana dos Santos Rodrigues, aluna do curso de Teatro da UFRGS, concorda com a professora, embora num enfoque um pouco diferente: “Meus colegas sentem vergonha, mas vergonha é não ter vaga para todo mundo que quer estudar”, argumenta. Segundo ela, o sistema implantado na UFRGS, embora tente ser justo, ainda é excludente: “Tem muito aluno que estudou em escola pública, mas que teve um padrinho que pagou para ele estudar em uma escola particular

no ensino médio; daí eles não podem entrar pelas cotas”. Silvana defende uma política que inclua tantos quanto queiram estudar, mas acredita que “isso é uma luta para mais tempo”.

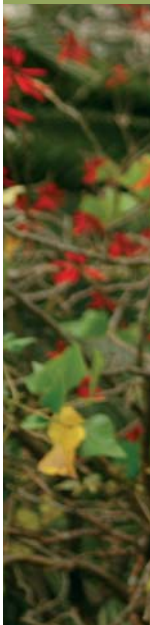
O caso de Wagner, 19 anos, ilustra o comentário de Silvana. Ele, que sempre estudou em escola pública, não pode concorrer ao sistema de reserva de vagas da UFRGS porque fez o último ano do ensino médio no supletivo de um colégio privado. Hoje, ele e a mãe se viram do avesso para pagar a mensalidade de R\$ 1.072 do curso de Direito que Wagner faz à noite numa universidade privada.

Arabela também considera que o critério “egresso de escola pública” possa ser repensado, pois não atende necessariamente a todos aqueles que deveriam prestar vestibular no sistema de reserva de vagas. Em troca, ela sugere como um dos requisitos a serem levados em conta que o candidato seja a primeira geração de universitários na família. “Isso é mais fácil de ser verificado do que um branco rico se passando por pobre, porque, quanto mais rico, mais possibilidade tem de esconder a sua situação”, alerta.

Por outro lado, a professora reconhece que jamais será possível ter uma seleção criteriosamente perfeita, “mas, se um número significativo de pessoas que não teria acesso à universidade passa a ter, então teremos mais a regra do que a exceção”, finaliza.

Arabela Bertolotti, egressa de escola pública, no Enfe

Silvana dos Santos Rodrigues (abaixo), cotista autodeclarada negra, conquistou uma vaga no curso de Teatro



“As cotas agora são um direito conquistado, e não podemos ter vergonha quando conquistamos um direito” Arabela Oliven

S Jeferson Tenório, hoje aluno de Licenciatura em Letras, quase concluiu o curso numa universidade privada, mas desistiu por falta de recursos. Assim como outros cotistas ouvidos nesta reportagem, ele faz críticas à grade das disciplinas dos cursos, que condicionam o aluno a frequentar a Universidade em turnos diferentes.

Perfil nacional

Pesquisa divulgada em agosto revelou que 71% das universidades públicas adotam o sistema de ações afirmativas. As cotas para escolas públicas são oferecidas em 87,1% das instituições; as reservadas a negros, em 57,1%. A implantação das ações afirmativas não tem sido igual: se em algumas instituições as políticas foram acionadas a partir de leis estaduais, em outras, resultaram de debate interno, como na UFRGS.



Nos corredores da Universidade

Já foram realizados três vestibulares com reserva de vagas para cotistas indígenas, autodeclarados negros e oriundos de escolas públicas. Mesmo que tenha sido uma questão discutida na comunidade universitária e aprovada pelo Consun, órgão máximo da Instituição, nem tudo são rosas nesse processo. Os depoimentos de professores e alunos ilustram um pouco o que está ocorrendo nos corredores da Universidade.

Na Medicina – Heitor Hentschel, coordenador da Comissão de Graduação do curso de Medicina (Comgrad), acha que as cotas não deveriam existir: “É a demonstração inequívoca e tranquila da destruição da escola pública, de forma deliberada, programada, pensada”, argumenta. “Essa criança está fadada a não entrar numa universidade pública porque o nível de exigência é muito alto”, continua.

Ele também questiona a legitimidade do direito à vaga preenchida por uma aluna indígena que já tem formação em um curso de graduação. Para o professor, ela não pode mais ser considerada índia, uma vez que agora é uma profissional: “Não tem mais a pureza que os caracteriza”, explica. Mas, independente de concordar ou

não com as cotas, Heitor reconhece que agora “é fato consumado”, como define. Mesmo assim, duvida da possibilidade de sucesso dos cotistas devido às características do curso, que totaliza 10.200 horas/aula, com aulas nos turnos da manhã e tarde e com plantões à noite. “Se [o aluno] não tem uma estrutura familiar adequada, ele faz as coisas, mas nunca vai ser um expoente.”

Por outro lado, ele acredita que existam mentes privilegiadas que conseguem vencer todas as barreiras e adversidades da vida. Estes, ele os compara ao cabo do machado que foi fabricado com a lenha apanhada na beira do penhasco, porque é capaz de sobreviver às intempéries.

Na Geografia – Para Oscar Sobarzo, professor do curso de Geografia do Instituto de Geociências, o sistema de cotas é um processo legítimo na Universidade, mas deve ser acompanhado de medidas de fortalecimento: “Sou favorável às cotas, mas sempre na perspectiva de que haja uma visão do conjunto do ensino”. Segundo ele, o que falta é uma política de estado, não de governo.

Quanto ao impacto que as cotas podem causar à vida acadêmica, Oscar avalia depender do curso: alguns são

mais receptivos, outros menos. No caso da Geografia, ele afirma que não há repercussão negativa, por ser um curso de população naturalmente mais diversa. Por outro lado, está consciente das dificuldades que esses alunos poderão enfrentar para dar conta do conteúdo das disciplinas.

Foi o que ocorreu a uma de suas alunas que ingressou na Universidade pelo sistema de reservas de vagas. Percebendo sua dificuldade tanto na prova escrita quanto na apresentação oral, ele propôs a ela um novo trabalho. Atualmente, a jovem é uma de suas bolsistas de Iniciação Científica, pois ele acredita que, por meio de oportunidades como esta, tais alunos terão mais chance de desenvolvimento acadêmico. Mas “isso não acontece só com os cotistas. É geral nossos alunos não estarem preparados para ler ou produzir um texto”, observa.

Aluna da Enfermagem – Ana Paula Bertoletti tem 25 anos, fez ensino médio no Julinho (Colégio Júlio de Castilhos) e mora na região metropolitana de Porto Alegre. Chega todos os dias às 8h na Faculdade de Enfermagem, onde estuda desde o início deste semestre como aluna cotista e trabalha como bolsista na Comgrad de seu curso. Durante o período que antecedeu

sua matrícula, ela experimentou um sentimento de alegria misturado com o de incredulidade, porque estudar na UFRGS era um sonho muito acalentado. Ser uma caloura mais velha para ela não representa desvantagem, pois acredita que isso contribui para ter certeza de estar no curso certo.

Ela acha que as cotas realmente abriram a universidade federal para muitas pessoas que precisam. “Eu vejo pela minha turma: pessoas mais velhas – 29 e 30 anos – que trabalham, têm filhos e sempre quiseram entrar na faculdade, mas nunca tiveram oportunidade, por não terem tempo.”

Por outro lado, Ana Paula avalia que “não adianta abrir a faculdade se não existe uma estrutura para manter esse aluno aqui dentro”. Fala isso se referindo a questões como a grade curricular dos cursos, que poderia ser concentrada num turno só e estendida para o período da noite, quando necessário: “Ou você trabalha de madrugada, que é o que muita gente faz”, como ocorre com suas colegas de enfermagem que fazem plantão a noite toda e vão direto para a faculdade pela manhã.

Aluno da Letras – Jeferson Tenório tem 33 anos e quase concluiu o curso de Licenciatura em Letras numa uni-

versidade privada, mas teve de desistir porque não pôde continuar pagando: “Ou eu paro de estudar, ou entro na UFRGS”, pensou. Foi o que fez em 2007, quando ingressou no curso de Licenciatura em Letras através da reserva de vagas para autodeclarados negros. Embora reconheça que em seu curso haja mais diversidade relacionada à origem dos estudantes, ele condena algumas manifestações preconceituosas que surgem em espaços como os blogs.

No sentido financeiro, Jeferson avalia que o sistema de cotas da Universidade ainda é excludente por ser mal divulgado, assim como os benefícios da SAE. Ele mesmo só ficou sabendo de tais benefícios quando foi entrevistado para o trabalho de pesquisa da assistente social Luciane Bello, da Faculdade de Educação (Faced).

Outra crítica é quanto à grade das disciplinas dos cursos, que, segundo ele, condicionam o aluno a frequentar a Universidade em turnos diferentes. “Aliás, eu devo muito às minhas diretoras, que mexem no horário de todo mundo para eu poder terminar o curso.” Desde 2006, ele dá aula em escolas estaduais e seus alunos contadores de histórias já se apresentaram na UFRGS, a convite de sua orientadora.

Deixar a faixa pra depois

O fato de realizar o sonho de passar no vestibular da UFRGS é tão importante para os alunos que ingressaram pelo sistema de cotas que alguns preferem transferir a comemoração para quando concluírem o curso. A explicação para isso, segundo Luciane Bello, mestranda da Faculdade de Educação (Faced), é porque esses calouros sabem o quanto será difícil conseguir conciliar trabalho e estudo.

O projeto de Luciane baseia-se em entrevistas que fez com estudantes cotistas autodeclarados negros que entraram na UFRGS em 2008, nos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Letras, Geografia, Educação Física. Ela quer investigar, na trajetória de vida desses estudantes, a capacidade de renascerem mais fortalecidos das adversidades, como concorrer a um vestibular, por exemplo.

Assistente social da Secretaria de Assistência Estudantil da UFRGS, ela acompanhou o processo desde a chegada dos primeiros alunos cotistas. A cada novo contato, ficava

intrigada com o fato de esses alunos com dificuldades de toda ordem não se queixarem de tal condição, bastava-lhes agora serem estudantes da UFRGS.

Por meio de suas entrevistas, Luciane pôde apurar algumas regularidades: a primeira geração na família a frequentar a universidade; o papel fundamental da figura materna em todo esse processo; o impacto positivo entre irmãos e primos, que passam a encarar a faculdade como uma possibilidade real.

A pesquisadora se emociona ao lembrar o relato de um dos rapazes (cotista do curso de Letras) que só aprendeu a estatura que tinha quando foi aluno de um cursinho pré-vestibular no qual todos os professores eram negros como ele. “Pra mim, todo mundo era mais alto do que eu, porque eu sempre entrava nos lugares de cabeça baixa; achava que todo mundo era melhor que eu.” No cursinho, percebeu o quanto esse pensamento resultava de uma cultura preconceituosa.

na Paula (acima), e escola, entrou curso de rmagem

rigues otista ada quistou o curso





JOSE ASSENCO, WWW.SXC.HU

Diálogo como prioridade

Diplomacia Especialistas avaliam positivamente a política externa do Brasil

Na última década, o Brasil assumiu uma política externa independente que lhe garantiu projeção internacional e uma voz mais influente nas tratativas que buscam resolver os grandes problemas globais. No contexto atual, de um mundo que tende à multipolaridade, nos destacamos por buscar o diálogo e a conciliação. Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país desenvolveu uma política de cooperação Sul-Sul com outros países subdesenvolvidos, tornou-se um líder entre os emergentes, afirmou-se como o principal representante da América Latina e ratificou suas intenções de obter uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O professor Paulo Fagundes Visentini, do curso de Relações Internacionais da UFRGS, dá uma dimensão de nossa importância no cenário geopolítico

mundial: “O Brasil é o quinto maior país em população, o quinto em território e a oitava maior economia. Apenas três países estão na lista dos dez maiores nesses três aspectos: Brasil, China e Estados Unidos”.

Segundo Visentini, o governo Lula se destaca porque desenvolveu uma política externa ousada, em oposição à timidez e à passividade que caracterizaram o Itamaraty (foto) nos anos 90, quando “seguia as orientações que emanavam dos grandes centros dirigentes do sistema internacional e não conseguia formular uma alternativa própria. Desde 2003, o Brasil vem seguindo uma política de diversificação de parcerias e de mercados. Graças a isso, escapamos das piores consequências da crise econômica de 2008”. O professor valoriza também a abordagem diferente que o país mantém em relação a nações mais pobres, como as africanas. “Os negócios que o Brasil estabelece nesses países não são predatórios. Não se trata de invadir os mercados alheios. É uma concepção de desenvolvimento compartilhado”, afirma.

O historiador Amado Luiz Cervo, professor do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília (UnB), destaca que “as diretrizes atuais da política externa realizam os interesses de uma sociedade inserida no mundo da

interdependência global. A ascensão do Brasil como potência resulta do sucesso em implementá-las, o que vem sendo reconhecido por internacionalistas de todo o mundo”.

Os pesquisadores coincidem ao dizer que os rumos da política externa começaram a mudar antes de Lula assumir a presidência, a partir de uma inflexão ocorrida em meio ao governo Fernando Henrique Cardoso. Amado Cervo afirma que, durante o segundo mandato de FHC, a diplomacia brasileira fez uma autocrítica e, a partir daí, elaborou o conceito de “globalização assimétrica”. Trata-se do reconhecimento de que o sistema econômico mundial é caracterizado por uma distribuição desigual de poder que seria agravada pelas negociações comerciais. Para Visentini, a crise do real, em 1999, obrigou o governo a buscar novos caminhos, como o da integração regional, destacada pelo professor como um avanço do período FHC.

Liderança – Foi apenas a partir da posse de Lula, porém, que a política externa brasileira alcançou resultados significativos. O país exerce, hoje, uma influência maior do que há dez anos, principalmente porque o mundo caminhou no sentido da multipolaridade ao longo da década. Os esforços do presidente em

diminuir as desigualdades sociais do Brasil e a aposta no diálogo como forma de resolver os problemas globais, que contribuíram, em grande medida, para o aumento do prestígio brasileiro, têm sido reconhecidos internacionalmente com uma série de distinções e honrarias. Um dos prêmios que o mandatário recebeu foi o de Estadista Global, oferecido pela organização do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. No discurso lido pelo chanceler Celso Amorim na cerimônia de entrega, Lula afirmou que o país não quer ser um destaque novo em um mundo velho, e sim participar de um cenário diferente: “O Brasil quer ajudar a construir um novo mundo, que, todos nós sabemos, não é apenas possível, mas dramaticamente necessário”.

A referência ao lema do Fórum Social Mundial - “Um outro mundo é possível” -, criado como uma oposição a Davos, não deve ser entendida como mero acaso. Paulo Visentini lembra que, no ano em que assumiu a presidência, Lula participou do evento em Davos depois de vir a Porto Alegre, o que foi considerado uma traição por setores da esquerda. Segundo o professor, que discorda dessa avaliação, o governante “levou aos países desenvolvidos uma mensagem sintetizada de uma proposta estratégica para um alargamento da

globalização”, em lugar de se opor a ela.

O alargamento a que Visentini se refere significa novos modos de ver a globalização, aspectos que não eram incluídos nas discussões sobre o tema até que o Brasil os apresentasse. Trata-se de pensar a globalização a partir de suas dimensões social, democrática e ambiental. A primeira dá conta de que, em um mundo interdependente, as mazelas sociais de um país não podem ser vistas apenas como um problema interno. É a partir de conceitos como esse, que obtêm grande repercussão na África, na Ásia e na América Central, que Lula ganha prestígio internacional. O segundo aspecto defende a ideia de que as decisões sobre os grandes problemas do mundo precisam ser tomadas democraticamente por uma ONU reformada.

Quanto ao problema ambiental, que já causava preocupação, Visentini diz que o Brasil trouxe-o para a mesa de discussões sob um novo olhar, propondo uma reforma do modelo de desenvolvimento econômico. “O presidente apresentou os problemas, abriu o debate e fez propostas, o que foi muito bem acolhido na época, porque o mundo estava farto do enfoque militarista da guerra ao terrorismo. Lula abriu enormes perspectivas e colocou o Brasil na agenda internacional”, afirma.

Interesses da sociedade brasileira como estratégia

Ao mesmo tempo em que o presidente Lula é reconhecido como um líder global capaz de contribuir para tratativas diplomáticas por meio do diálogo, a política externa de seu governo sofre diversas restrições internas e externas. No Brasil, as críticas vêm aumentando de tom desde 2006, quando o governo de Evo Morales nacionalizou o gás boliviano. Naquele momento, foi dito que Lula teria sido condescendente com o país vizinho. Recentemente, causou polêmica a intenção do país de atuar como mediador nas negociações pela paz no Oriente Médio.

Questionado se as diretrizes das relações internacionais do governo Lula estão em consonância com a tradição histórica do Itamaraty, Amado Cervo responde positivamente e justifica: “Apesar do que dizem embaixadores aposentados e intérpretes conservadores que apreciariam restabelecer

a política exterior do primeiro governo Cardoso, trata-se de uma política de Estado que coloca os interesses dos diversos segmentos da sociedade e da economia como estratégia de ação externa”.

Fora do país, as resistências às diretrizes do Itamaraty se acentuaram a partir de 2009, quando o Brasil estreitou laços com o Irã. O presidente daquele país, Mahmoud Ahmadinejad, tratado por Lula como “companheiro”, está à frente de um governo autoritário que despreza liberdades civis e direitos humanos e mantém um programa de energia nuclear cujos objetivos não estão muito claros aos olhos do Ocidente. Por conta disso, está cada vez mais isolado no cenário internacional.

Em maio deste ano, o Brasil assumiu definitivamente o papel de protagonista nas tratativas ao elaborar um acordo trilateral com Turquia e Irã para que o urânio desse país fosse enviado

àquele e devolvido após enriquecimento. Os termos da negociação foram considerados insuficientes pelas potências ocidentais – mesmo que tenham sido propostos pelo governo dos Estados Unidos – e o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções ao Irã como forma de pressioná-lo a abandonar o projeto nuclear.

Amado Cervo afirma que, mesmo com a controvérsia gerada pelas relações próximas que mantém com o atual governo do Irã, Lula conta com apreciação positiva da opinião política mundial. “Algumas concessões, que considero alegorias do PT, devem ser feitas, mesmo que representem fiascos ou malogros resultantes de decisões externas, como no caso de Honduras. Quanto ao Irã e ao Oriente Próximo, a pretensão de mediar conflitos é correta, porém falhou.”

O historiador defende a ideia de que existem

duas estratégias internacionais distintas para enfrentar os problemas de segurança: a dos Estados Unidos e da OTAN, de uso da violência expressa por meio de sanções ou intervenções, e a brasileiro-chinesa, da solução negociada de conflitos. “Nas relações internacionais do século XXI, ainda prevalece a primeira, mas isso não significa que a tentativa de Lula, rejeitada e tida por ingênua pelo governo dos EUA, não esteja correta. Ela não amadureceu para triunfar ainda. Por isso, vivemos no mundo da violência internacional e do choque de culturas e civilizações, como teorizam e praticam os que dispõem de meios militares para manter sua ordem de segurança”, conclui.

João Flores da Cunha, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabício



O direito da escuta

Justiça
Método de audiência de crianças conhecido como Depoimento Sem Dano vem sendo empregado em Porto Alegre desde 2003 e ainda provoca discussões

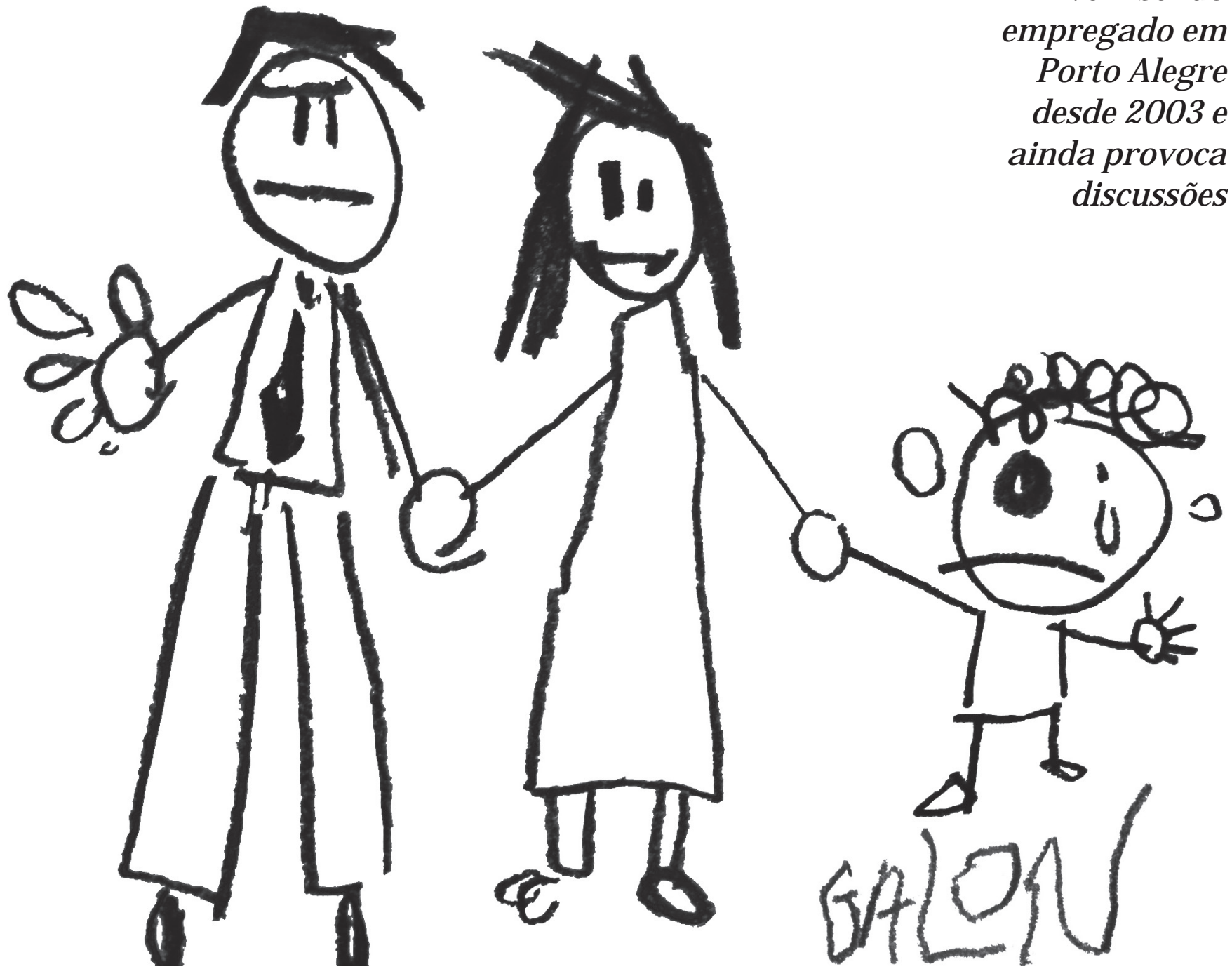
Os crimes cometidos contra crianças e adolescentes constituem alguns dos casos mais problemáticos do direito. Não bastasse a natureza por si mesma torpe desses crimes, há ainda questões morais implicadas durante o processo legal – uma delas, especialmente complexa, é a do testemunho da vítima. O dilema é como obter, durante o processo, a fala, conservando sua integridade. A criança violentada, despreparada para trabalhar psicologicamente o trauma, por vezes silênciosa, desafiando a possibilidade de inquirição judiciária. Romper o silêncio, preservando-a da revitimização, do retorno ao momento do trauma, é o impasse da audiência de crianças, ainda mais se atentarmos para o fato de que muitas vezes elas são, além de vítimas, as únicas testemunhas.

A proposta – O juiz José Antônio Daltoé Cezar, do 2.º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, conheceu muitas das questões éticas e psicológicas implicadas na inquirição de crianças vítimas de violência em processos criminais. “Já nas primeiras semanas, tive de ouvir criança vítima de violência sexual; ninguém tinha me preparado para isso. E vi que a forma de inquirir não era adequada, o ambiente não era adequado”.

Foi pela constatação do despreparo do Poder Judiciário para lidar com esse tipo de inquérito que o juiz Daltoé propôs o método do Depoimento Sem Dano – uma fórmula alternativa de ouvir crianças e adolescentes no sistema de justiça implementada no ano de 2003 em Porto Alegre. “Desde então, de duas a três mil crianças já foram ouvidas dessa forma”, confirma Daltoé. A proposta é simples: evitar a revitimização da criança no momento de seu depoimento no processo. Durante a audiência, crianças e adolescentes vítimas de violência são ouvidos numa sala à parte uma única vez; o depoimento resultante, gravado, servirá para consulta durante o processo. A mediação entre juízes e advogados na sala de audiência e a criança fica a cargo de um psicólogo ou assistente social do Juizado. “O Artigo 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente fala da intervenção das equipes interprofissionais em vários momentos, inclusive nas audiências, respeitada a autonomia técnica. Então, há expressa previsão legal de atuação do psicólogo nesses momentos”, completa o magistrado. Em países como Argentina, França e Espanha, métodos que promovem o trabalho interprofissional na Justiça são de uso corrente e, em alguns casos, já incorporados à legislação vigente.

A partir de 2004, a proposta foi institucionalizada em Porto Alegre e adotada também no Rio de Janeiro e em Brasília. O resultado foi um Projeto de Lei encaminhado à Câmara Federal pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), com o qual se pretendia instituir nacionalmente o Depoimento Sem Dano. No Senado, o projeto foi incorporado à proposta do novo Código de Processo Penal, de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que acaba de ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, e está em vias de ser votada. O método já é utilizado também em Tribunais de Justiça de outros estados, como São Paulo, Rondônia, Roraima e Acre.

Segundo Betina Tabajaski, psicóloga da 1.ª Vara de Infância e Juventude de Porto Alegre, os profissionais que trabalham com o Depoimento Sem Dano recebem capacitação para realizar as



entrevistas de acordo com as condições cognitivas e psicológicas das crianças e adolescentes. “Fizemos uma adaptação nas técnicas de entrevista, [inserindo] um terceiro elemento, que seria a sala de audiência”, explica. “O juiz continua presidindo a sessão, enquanto nós trabalhamos como facilitadores, fornecendo também proteção, no sentido de que a criança não fique exposta diante de várias pessoas, inclusive do acusado de cometer o abuso”. A preocupação principal, lembra a especialista, é criar um ambiente o mais confortável possível, no qual a criança permaneça na sala apenas com o profissional, mas sabendo da presença de seus responsáveis legais à sua espera, do lado de fora.

O âmbito de aplicação do método do Depoimento Sem Dano não se restringe ao momento da entrevista. Antes mesmo da audiência, a criança é recebida para uma “acolhida inicial”, acompanhada da família, para um primeiro encontro, em que se pretende introduzi-la ao processo, além de verificar se ela tem ou não condições psicológicas de participar da sessão. A audiência propriamente dita não tende a tomar mais de meia hora. Logo após a gravação do depoimento, há uma conversa final com a criança: “Se é uma criança que precisa ser encaminhada a algum atendimento ou se a família solicitar e estiver com dificuldades, nós também ajudamos a fazer isso”, considera Betina.

As críticas – Apesar de já considerável êxito do método no Judiciário e no Legislativo, há entidades na área da psicologia que discordam quanto à justificativa ética do projeto. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em particular, tem repudiado a proposta

O Artigo 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente fala da intervenção das equipes interprofissionais em vários momentos, inclusive nas audiências, respeitada a autonomia técnica

do juiz Daltoé. A discussão começou ainda em 2003 e tornou a se acirrar neste ano, com o decreto, em junho, de duas Resoluções do CFP (números 09 e 010 de 2010), que regulam tanto a atuação do psicólogo no sistema prisional quanto a escuta psicológica de crianças vítimas de violência.

É patente, nas Resoluções, o descontentamento do Conselho com a instituição da função do psicólogo como inquiridor da Justiça implicada no projeto do Depoimento Sem Dano, além da vontade expressa de legislar sobre o exercício da profissão mesmo dentro do Sistema Judiciário. Ao final de agosto, uma recomendação da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul exigiu a suspensão das Resoluções 09 e 010. Em sua resposta, o Conselho resolveu manter a Resolução 010, que regulamenta a prática da escuta psicológica de crianças e adolescentes em situação

de violência no Sistema Judiciário, acusando o Depoimento Sem Dano de não estar dentro dos limites éticos da profissão de psicólogo. O posicionamento intransigente do CFP foi severamente criticado pela Sociedade Brasileira de Psicologia, em nota contra essas mesmas Resoluções. “A academia não tem problema com o projeto”, afirma Daltoé. “O problema é com os Conselhos, que têm uma visão ideológica de que a única verdade é a deles”.

Para a psicanalista Bárbara de Souza Conte, presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de 2004 a 2007 e atual presidente da Associação Psicanalítica Sigmund Freud de Porto Alegre, a questão que paira sobre o projeto é antes de ordem da ética profissional que simplesmente metodológica. “Essa não é uma questão somente teórica, acadêmica. Ela é também uma questão do exercício profissional, e por isso o Conselho se pronunciou”, pondera.

Segundo Bárbara, a inquirição proposta no método do Depoimento Sem Dano exclui a escuta propriamente psicológica da criança, o que acarreta um desvio de função da prática do psicólogo na instituição judiciária. “A proposta é de que se faça a inquirição com o objetivo de obter a prova. O que o Conselho colocou na sua Resolução foi que o psicólogo possa estar na escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência no sentido de fazer uma escuta psicológica, que é uma prática respaldada no seu Código de Ética”. Para ela, deve-se distinguir entre a escuta psicológica, que visa à elaboração psíquica do trauma pelo paciente, e a inquirição, cujo intuito é gerar a prova do crime. “A questão central é justa-

mente a possibilidade de o psicólogo exercer sua função com base naquilo para que ele está habilitado, ou seja, escutar a criança, levando em conta a situação traumática e visando à sua reorganização psíquica, e não à prática extrativa da verdade”, conclui.

Há o risco, segundo Bárbara, de que o método de “inquirição pontual” do Depoimento Sem Dano conduza à mesma revitimização que se queria, de início, evitar. Assim, a escuta do psicólogo requer, para ela, um tratamento de prazo mais longo para a reestruturação da criança após o trauma como requisito para a própria extração da prova criminal. A ideia de prioridade ao bem-estar da criança, aliás, é um preceito estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990.

Uma questão atual – As questões que envolvem a justificativa ética e a validade metodológica do Depoimento Sem Dano são, pelo menos no Brasil, muito recentes e ainda restritas aos meios judiciários, sendo relativamente pouco abordadas, mesmo nas revistas acadêmicas ou em círculos mais amplos das áreas da psicologia e do direito. A necessidade de mediação dos profissionais da psicologia e da assistência social em casos de violência contra crianças e adolescentes, visando aos seus melhores interesses, é amplamente reconhecida. O que resta debater são os princípios éticos e científicos que condicionarão essas intervenções.

Fernando Costa, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



FLAVIO DUTRA/JU

Fechada para restauro desde 2007, e sem previsão de término das obras, a Biblioteca Pública do RS permanece inacessível ao público

Aliados do papel

Patrimônio

Gerenciamento de riscos é ferramenta para preservação de acervos documentais

Caroline da Silva

Desde maio, o Museu da UFRGS, em parceria com a Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul (ACOR/RS), a Coordenação da Memória da Secretaria Municipal da Cultura e a Secretaria do Patrimônio Histórico da Universidade, promove o curso de extensão Preservação de Patrimônio Cultural – Conceitos e Técnicas. “Nunca se falou tanto no valor do patrimônio e na sua preservação de modo geral, tanto o edificado quanto o cultural”, declara a presidente da Associação e servidora da UFRGS Lorete Mattos. Com especialização em Conservação de Obras sobre Papel pela UFPR e em Economia da Cultura pela UFRGS, ela trabalha no Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central.

Lorete, que ministra o próximo módulo do curso, acha que havia uma tendência de valorizar mais o patrimônio edificado, o que não ocorre mais. “Essa consciência pode ser comprovada pelo fato de as grandes empresas abrirem espaço para

financiamento de recuperação de acervos. Quando se faz a restauração de um prédio histórico, se coloca uma placa na frente, e todo mundo que passa vê quem patrocinou. E o acervo, quem é que vê?” Mas a conservadora diz que essa mentalidade mudou e os patrocinadores já percebem que o ganho para a população, em termos de melhoria da qualidade de vida, do acesso à cultura e à informação, tem um peso na economia.

Patrimônio cultural – Para José Luiz Pedersoli Júnior, que acompanha a palestrante Lorete no módulo “Aspectos conceituais e os estudos de caso no gerenciamento de riscos em acervos”, há um problema “de base” no Brasil que afeta a população de modo geral: “A educação patrimonial é insuficiente, com reflexo na falta de interesse por parte do público quanto à preservação e ao uso sustentáveis de nossos acervos. Daí resulta também que o patrimônio cultural e sua preservação são geralmente vistos como de ‘baixa prioridade’, recebendo pouca atenção política e recursos. Os acervos documentais, essenciais nessa nossa ‘era da informação’, não são uma exceção”.

No entanto, o pesquisador observa que há um número cada vez maior de iniciativas que tem despertado o interesse do público e das autoridades competentes quanto a esses desafios e à importância da preservação nessa área.

Gerenciamento de riscos – “Com a implantação permanente do gerenciamento de riscos (GR) nas instituições detentoras de acervos documentais, muitos dos problemas hoje existentes poderão ser solucionados em médio e longo prazo”, afirma Peder-

sol. O especialista explica que a utilização do GR no setor patrimonial permite uma visão abrangente dos diversos tipos de risco para o nosso patrimônio cultural, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua.

Quarto módulo do curso de extensão Preservação de Patrimônio Cultural – Conceitos e Técnicas

Título: Aspectos conceituais e os estudos de caso na preservação de metais

Data: 20 de novembro

Local e horário: Sala II do Salão de Atos, das 8h30min às 13h

Inscrições: cursosacorrs@gmail.com

Custo: R\$ 40 (público geral) e R\$ 20 (estudantes) – sócios da ACOR/RS em dia são isentos

Informações: 3308-4022

sol. O especialista explica que a utilização do GR no setor patrimonial permite uma visão abrangente dos diversos tipos de risco para o nosso patrimônio cultural, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua.

Os acervos documentais são constituídos de materiais suscetíveis a diferentes processos de degradação química, física e/ou biológica. “Uma das maiores dificuldades para a sua preservação é o estabelecimento de estratégias eficientes e sustentáveis para eliminar ou reduzir a velocidade de tais processos degradativos”, relata Pedersoli. Lorete Mattos esclarece: “O papel é muito sensível aos vários agentes, à luz, às variações atmosféricas, ao próprio manuseio”. Ela explica o diferencial do GR: “O que fazíamos antes era conservação preventiva. Agora não, tu tens uma ferramenta que te dá elementos bem objetivos, e com eles tu podes chegar para o gestor, para o patrocinador e mostrar a tua prioridade”.

Recuperação da história a passos lentos

Situado na Riachuelo, o prédio da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, tombado pelos patrimônios nacional e estadual, encontra-se fechado para recuperação. “Desde abril de 2007, estamos na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), quando foi iniciada a parte da obra com recursos do Monumenta, que exigia que saíssemos de lá”, conta a diretora Morgana Marcon, atualmente em licença-maternidade.

A diretora em exercício, Tânia Evangelista, informou que o acervo se encontra encaixotado em um depósito no próprio prédio em obra e apenas 20% dele está à disposição do público para pesquisa na CCMQ.

Morgana Marcon esclarece que em fevereiro de 2008 iniciou a etapa, que está em finalização, de recuperação da parte elétrica, hidráulica e dos pisos.

A próxima fase a ser iniciada envolve a recuperação das paredes e a restauração de pinturas e mosaicos, mas não há previsão de data para a entrega. “Se aparecerem novos patrocinadores, agradecemos, afinal, é parte da história do Rio Grande do Sul que está sendo restaurada”, relata Morgana.

“O que acontece com a Biblioteca Pública são duas coisas: um acervo importante dentro de um prédio histórico. Isso normalmente já é um complicador, porque tu tens que dar condições de armazenamento, de

preservação do acervo e, ao mesmo tempo, respeitar toda a estrutura do prédio”, esclarece a servidora da UFRGS Lorete Mattos, que participou do tratamento de uma parte da coleção de obras raras da Biblioteca Pública. Nesse projeto, com apoio do BNDES, mil títulos raros e valiosos foram higienizados e acondicionados em armários com telas para a ventilação adequada em 2006, conforme Tânia Evangelista. A segunda fase é a de investigação no acervo, ainda sem andamento. Morgana Marcon adianta que “alguns títulos que hoje estão no acervo antigo passarão a incorporar o de obras raras, mas ainda não há projeto para estes”.

A Biblioteca Central da Universidade também deverá passar por uma reforma no próximo período de férias letivas. Nesse momento, ocorrem as licitações para a execução da obra. Segundo Lorete, a razão é “exatamente para se adequar às condições de preservação do acervo, porque foram identificados vários riscos”. Lorete Mattos acrescenta: “Temos aqui uma das maiores coleções de obras raras do Brasil: a Eichenberg, que está com pouco acesso por causa de questões estruturais”. Ela adianta que, pela primeira vez, haverá um laboratório de restauração – espaço destinado ao tratamento de conservação desse patrimônio.

JU indica

Música, Ciência e Tecnologia

DVD (Brasil, 2010, 43 min)
Coord. Eloy Fritsch e Paulo A. Cabral
Realização: CME e UFRGS TV (2010)

Realizado como parte do projeto

Música, Ciência e Tecnologia promovido pelo Centro de Música Eletrônica (CME) da UFRGS, este documentário de distribuição gratuita pretende introduzir o



espectador no universo da música eletroacústica. O filme traz uma apresentação acessível dos estilos e das técnicas usadas nas composições eletrônicas mais experimentais e, por vezes, herméticas. As demonstrações sobre o funcionamento de sintetizadores e de outros equipamentos eletrônicos são muito esclarecedoras para quem é neófito no assunto e contribuem imensamente para a proposta de todo o atual projeto do CME: a divulgação da música eletroacústica. Há também entrevistas com importantes compositores brasileiros desse estilo musical, entre eles Jorge Antunes, pioneiro da música eletroacústica no Brasil, e os gaúchos Frederico Richter, introdutor do gênero no Rio Grande do Sul, e Eduardo Reck Miranda, compositor e pesquisador de importância mundial na área. Completa o filme uma boa seleção de imagens (algumas raras, como as dos primeiros instrumentos eletrônicos construídos ainda no início do século XX) e a trilha sonora, que traz composições eletroacústicas já clássicas, tanto eruditas quanto populares, como as criadas pelos grupos Pink Floyd e Vangelis nos anos 1970. Sem dúvida, o documentário mostra a que vem. (Fernando Costa)

40 Contos de Oficina

Luiz Antonio de Assis Brasil (org.)
Ed. Libretos, 2010, 128 págs.
R\$ 23

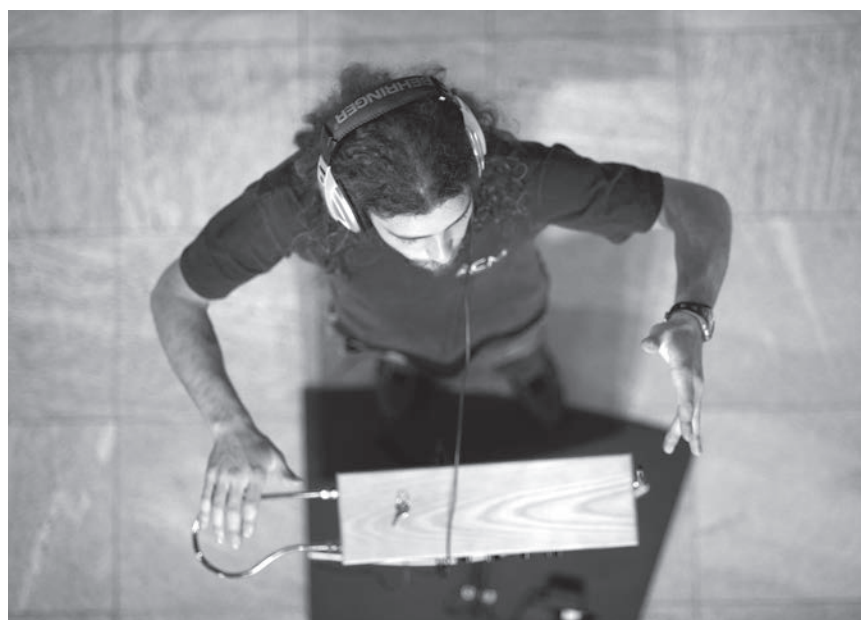
Esta edição bem cuidada da editora Libretos é o resultado de mais uma Oficina de Criação Literária do professor e escritor Luiz Antonio de Assis Brasil,



da PUCRS. Dez autores, quarenta textos, a publicação é fruto da depuração do fazer literário nas oficinas, nas quais a produção solitária do escrevente ganha o espaço da troca, da crítica, da discussão, do desenvolvimento da produção textual literária. A maturidade dos textos – fragmentos do cotidiano, folhas arrancadas do calendário da vida banal – encanta, ainda, pela pouca ouívesaria verbal, mas pelo olhar perscrutador, penetrante e pela construção sensorial das realidades ao mesmo tempo triviais e insólitas. Camila Doval, Camila Gonzatto, Carolina Albuquerque, Cláudio Mércio, Enéias Tavares, Fabrício Rosa, James Schaefer, Karina Cardoso, Luciane Raup são autores que se assumem como escritores, nos oferecendo um domínio fino na tecitura dos textos, dosados em pequenas histórias, imagens em uma viagem urbana. Os contos não só evidenciam a maturidade dos seus autores, mas a de um processo de formação de escritores. São, afinal, 25 anos, 40 turmas de oficinas do mestre-autor. Criada em 1985, a Oficina funciona no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, sendo a mais antiga em atividade no Brasil. Por ela já passaram mais de 800 alunos. (Antônio Falcetta)



FOTOS FLÁVIO DUTRA/JU



Instrumentos como o theremin, que foi criado em 1920 e gera sons com características futuristas, é dos que mais despertam a atenção

A ciência na música

Tecnologia
Nova mostra do Museu da UFRGS permite aos visitantes explorar o universo sonoro da música eletroacústica

Até 22 de outubro, quem visitar o Museu da UFRGS verá salas repletas de todos os tipos de sintetizadores e telas exibindo complexos programas de síntese e tratamento sonoro. Provavelmente o visitante desavisado estranhará tamanha concentração de equipamentos musicais eletrônicos, porém, antes de ir embora, não resistirá à tentação de tocar (ou brincar com) algum deles. Isso mesmo, não é apenas para ver e ouvir, é para mexer, para explorar a variedade (enorme, diga-se) de sons que esses engenhosos inventos da música podem produzir.

Permitir esse contato praticamente imediato entre o público e a música eletrônica é o principal objetivo da mostra Música, Ciência e Tecnologia, que faz parte de um projeto de pesquisa do Centro de Música Eletrônica (CME) da UFRGS, financiado pelo CNPq. O professor Eloy F. Fritsch, curador da exposição e coordenador do Centro, explica: "Atualmente, o projeto do CME é de popularização da ciência e da tecnologia através da arte, da música. E não é por ser um trabalho de popularização que ele se torna 'menor'. O contato com as pessoas, a divulgação

dos resultados de pesquisa têm sido difíceis, mas recompensadores".

Tecnologia e experimentação – É unânime entre os visitantes um fascínio tácito pelos instrumentos. Um dos mais curiosos, o theremin, inventado em 1920, compõe-se de uma base de madeira e uma antena. Os movimentos de aproximação ou afastamento das mãos em relação à haste de metal gera um som caracteristicamente futurista, em geral usado nas trilhas sonoras de filmes antigos de invasão extraterrestre (vide a versão original de *O dia em que a Terra parou*).

A proposta de permitir ao público que também experimente os equipamentos e manipule suas potencialidades sonoras não poderia ser mais condizente com o próprio tema da exposição. Afinal, a música eletrônica ou, mais precisamente, a música eletroacústica forneceu campo para algumas das mais revolucionárias experimentações musicais desde a metade do século XX. "A pesquisa de música de vanguarda hoje em dia é mais intensa – e os resultados são mais rápidos – no campo da composição eletroacústica", diz o professor Eloy. "Sem dúvida alguma, o maior campo da pesquisa e do desenvolvimento do conhecimento em termos de música moderna é na eletroacústica, é na *computer music*."

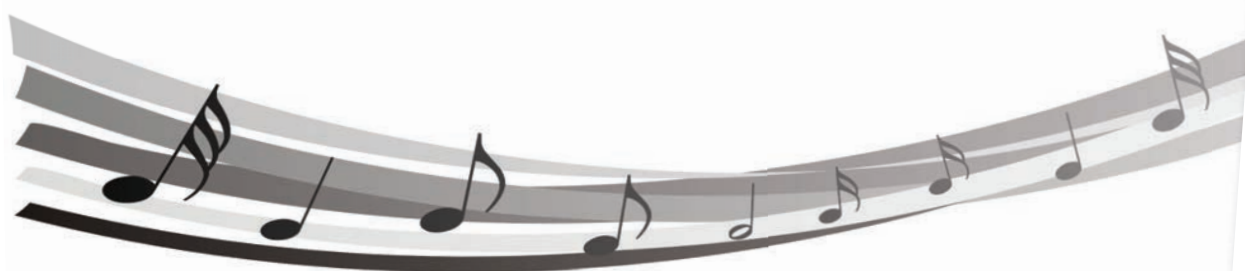
De maneira estrita, as raízes desse ramo tão promissor da música contemporânea são comumente identificadas às experiências artísticas radicais desenvolvidas na França e na Alemanha entre as décadas de 1940 e 1950. Ainda assim, num sentido mais amplo, alguns precursores desses movimentos são notáveis, como o manifesto artístico de 1913, *L'arte dei rumori* (A arte do ruído), do compositor futurista italiano

Luigi Russolo, que propunha uma estética musical fundada na infinita variedade sonora dos ruídos do mundo moderno, dessa forma ampliando o campo da música para além da tradição orquestral.

As palavras de Russolo certamente reverberaram no projeto estético do músico e engenheiro francês Pierre Schaeffer, que nos anos 40 iniciou uma série de estudos com gravação e tratamento de sons do ambiente em fitas magnéticas, compondo trabalhos altamente experimentais. Disso resultou a *musique concrète* (música concreta), vertente vanguardista em cuja sistematização ele investiria considerável parcela de sua carreira como músico. Concomitante aos experimentos de Schaeffer em tratar e organizar musicalmente sons existentes, na Alemanha surgia outra importante tendência musical para o advento da música eletroacústica: a *elektronische musik* (música eletrônica), que desenvolveu trabalhos com síntese de sons artificiais.

Desses experimentos surgiram as bases para a música eletroacústica tal como se conhece hoje: por um lado, os conhecimentos de tratamento sonoro (com filtros, superposições, alterações na rotação das fitas, etc.) dos franceses e as técnicas de criação de sons inteiramente sintéticos desenvolvidas na Alemanha. O advento posterior de microcomputadores e sintetizadores eletrônicos – como os famosos modelos fabricados por Robert Moog, que podem ser experimentados na mostra – consolidaram as possibilidades de composição e interpretação eletroacústica, além de contribuir para a sua popularização.

Fernando Costa, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabrice



No tom

Jacira Cabral da Silveira

A escuridão que se imagina ter precedido o pulsar da Terra provavelmente foi a mesma que envolveu o palco do Salão de Atos na noite de 4 de agosto com o espetáculo *O começo do mundo*, dentro do projeto Unimúsica 2010. Aos poucos, do breu fez-se a luz e do silêncio o batucado suave da percussão de Fernando do Ó, Giovanni Berti, Giba Giba, Marcelinho da Cuíca e o som refinado do piano de Geraldo Flach. Numa ode sonora ininterrupta, eles narraram o surgimento do universo, arregimentando o bater do coração da plateia lotada, num contágio cadenciado de vida.

A ideia do espetáculo nasceu em 2001, quando Juarez Fonseca convidou Fernando, Giba e Giovanni para participarem de um projeto musical do qual era curador. O resultado deu tão certo que o grupo resolveu fazer uma turnê pelo interior do

estado. "O que chamou atenção foi a reação do público", comenta Giovanni, lembrando que em todos os lugares onde tocaram "as pessoas absorveram da mesma forma".

Possivelmente isso se explique porque, enquanto num concerto se pode fechar os olhos para melhor sentir a sinfonia, num show de percussão isso é quase um sacrilégio. Além de ouvir, é preciso ver a maratona performática de instrumento a instrumento, passando do surdo ao reco-reco, da zabumba ao tamborim até chegar à chaleira e às pedras de rio.

Geraldo Flach se disfarça de intruso-convidado e se encarrega de jogar para o ar o delicado som do piano posto do lado esquerdo do palco, quase de frente para os demais. Nesse caso, a posição do pianista parece não seguir apenas uma exigência acústica. Pela sua expressão, parece que até ele se deixa arrebatar pela genialidade sonora extraída ora de instrumentos, ora de inusitados objetos.

Diferente de um show com repertório explícito, *O começo do mundo* deu-se (e dá-se) a um fôlego só. Giovanni tenta explicar o sentimento: "É um transe quando começamos do nada, na escuridão". Concebido por do Ó, o espetáculo realiza-se de forma ininterrupta, começando com arrastões sonoros, quando todos tocam juntos, ainda que variando de instrumentos, passando por solos memoráveis, quase reverenciados pelos parceiros de palco. Nesses momentos, a plateia não se contém e aplaude no meio de uma melodia, mesmo que o 'protocolo' não recomende. Mas quando mesmo essa melodia acaba? ...

Não acaba.

Na noite anterior, durante a oficina que sempre antecede cada espetáculo do Unimúsica deste ano, também subiram ao palco mais de 60 amantes da percussão. Cada inscrito deveria trazer seu instrumento, e as cadeiras foram insuficientes para tanta gente, que chegava sozinha ou em bandos. E a ativi-

dade que deveria ser conduzida apenas por Giovanni e Fernando do Ó recebeu o reforço de Giba Giba e de outros músicos. "O som vai juntando", diz Giba. Ele é um dos primeiros a mostrar o que trouxe pra tocar: o sopapo. "É o único instrumento típico do Rio Grande do Sul", informa o professor.

"Percussão é tocar, bater", lembra do Ó, mas também é ritmo, afinal de contas, "percussão é tudo, é teu coração", completa Giovanni. E parece que todos entendem, porque mesmo quem não toca acaba mexendo os pés ou batendo as mãos, principalmente quando os oficineiros puxam a batida para que todos se envolvam no experimento. Até porque, estamos numa universidade, lugar de tubos e encontros de ensaio.

Prestes a encerrar o show, na noite posterior à oficina, é a voz de Fernando do Ó quem quebra o silêncio e avisa: "Desperta pessoal, foi tudo um sonho".





DESTAQUE

Duas décadas de pesquisas e debates



Cena de Educação, filme que será exibido em 20 de outubro na Sala Redenção

GEERGE

Gênero e sexualidade são os temas estudados pelo grupo de pesquisa

Entre as atividades que marcam os 20 anos de atuação do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), destaca-se o ciclo *Cinema, gênero e sexualidade*, que iniciou em setembro e continua até dezembro. “É uma atividade de extensão que tem como objetivo promover uma discussão sobre os conceitos trabalhados no grupo em articulação com o cinema”, conta a docente Rosângela Soares, coordenadora do grupo. Segundo ela, o evento é direcionado ao público geral, principalmente para professoras e professores, alunos/as do ensino médio, graduação e pós-graduação e para todos/as que se interessem por esses temas.

O GEERGE é um grupo de docentes e estudantes ligados ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS que se dedica a atividades de investigação e ensino. Gênero, sexualidade, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a Educação, constituem-se no foco de atuação do coletivo. Rosângela conta que a escolha dos títulos é feita a partir de sugestões da equipe: “Levamos em conta a potencialidade

do filme para discutir questões como o corpo em articulação com outros marcadores sociais presentes nas pesquisas de professores e alunos. Por exemplo, infância, juventude, masculinidades, etc.”. Os debatedores são os integrantes do grupo de pesquisa e convidados que trabalham com as temáticas citadas ou, ainda, pessoas ligadas ao cinema: diretores, roteiristas, professores e pesquisadores da área.

Na quarta-feira, 20 de outubro, a professora Dagmar Meyer e a mestre em Educação Tatiana Mielczarski irão debater o longa-metragem *Educação* (ING, 2009). Na narrativa ambientada na década de 1960, uma estudante brilhante que tem pressa de viver a vida adulta conhece um homem mais velho. Ele a convida para conhecer o seu mundo vibrante, cheio de amigos de alta classe em clubes de jazz e leva a garota a descobrir a própria sexualidade. No entanto, esse novo mundo tira o foco de seus planos de estudar em Oxford. Qual o caminho que uma mulher poderia seguir naquele contexto sem o apoio da orientadora da escola e contrariando o destino traçado pelos pais?

As sessões comentadas acontecem na Sala Redenção, a partir das 19h, e a entrada é gratuita. Para quem quiser o certificado da Pró-reitoria de Extensão, precisa participar no mínimo de três dos quatro encontros e pagar R\$ 4. Mais informações no blog do GEERGE: geerge.blogspot.com.

CINEMA

Encontros e Desencontros

Ciclo especial da Sala Redenção dentro da programação do 11.º Salão de Extensão da UFRGS, que tem como tema os encontros e desencontros da pesquisa acadêmica. Entrada franca.

GIGANTE



(URU/ARG/HOL, 2009, 90 min), de Adrián Biniez* Grande e tímido segurança de um supermercado encanta-se pela faxineira, que ele vê pelas câmeras de vigilância.

Sessões: 4 de outubro, às 19h; 5 de outubro, às 16h
* O diretor e roteirista Adrián Biniez estará presente para debater o filme com o público na segunda-feira, 4 de outubro. O filme recebeu o Urso de Prata (grande prêmio do júri) no 59.º Festival de Berlim.

Ciclo Pedro Almodóvar

Exibição de filmes do cineasta espanhol na Sala Redenção, com entrada franca.

A LEI DO DESEJO

(1987, 100min) Pablo (diretor de cinema homossexual) e Tina são irmãos, seus pais se separaram quando eram crianças. Tina era Tino quando foi viver com seu pai.

Sessão: 11 de outubro, às 16h

MATADOR

(1986, 110min) Jovem perturbado resolve ser aprendiz de toureiro para se livrar da repressão familiar.

Sessões: 11 de outubro, às 19h; 14 de outubro, às 16h

MULHERES À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS (1988, 89min) Atriz de TV tem sua casa invadida por familiares de seu amante.

Sessões: 14 de outubro, às 19h; 15 de outubro, às 16h

ATA-ME

(1990, 98 min) Rapaz saído de clínica para doentes mentais rapta atriz.

Sessões: 15 de outubro, às 19h; 18 de outubro, às 16h

KIKA

(1993, 114 min) Maquiadora melhora defunto em seu velório.

Sessões: 18 de outubro, às 19h; 19 de outubro, às 16h

CARNE TRÊMULA

(1998, 147min) Muitas vidas mudam por causa de um único tiro.

Sessões: 19 de outubro, às 19h; 21 de outubro, às 16h

TUDO SOBRE MINHA MÃE

(1999, 101min) Mãe leva filho para assistir à peça “Um Bonde Chamado Desejo” no aniversário de 17 anos.

Sessões: 21 de outubro, às 19h; 22 de outubro, às 16h

FALE COM ELA

(2002, 112min) Enfermeiro cuida de bailarina em coma.

Sessões: 22 de outubro, às 19h; 25 de outubro, às 16h; e 28 de outubro, às 19h

MÁ EDUCAÇÃO

(2004, 105min) Criança sofreu abuso em colégio interno católico.

Sessões: 25 de outubro, às 19h; 26 de outubro, às 16h

VOLVER

(2006, 121 min) Três gerações de mulheres sobrevivem ao fogo e à superstição.

Sessões: 26 de outubro, às 19h; 28 de outubro, às 16h

ABRAÇOS PARTIDOS (2009, 127min) Cineasta se apaixona por atriz amante de poderoso empresário.

Sessões: 27 de outubro, às 19h; 29 de outubro, às 16h, e 29 de outubro, às 19h

Liga dos Direitos Humanos

Ciclo mensal promovido pelas Faculdades de Educação e de Direito da UFRGS em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União. Sessões com entrada franca na Sala Redenção.

GARAPA

(BRA, 2008, 110 min), de José Padilha Documentário sobre a fome no Brasil.

Sessão: 13 de outubro (quarta-feira), às 19h

História no Cinema

Ciclo de filmes na Sala Redenção com temas do vestibular e do Enem, seguidos de palestras com graduandos e pós-graduandos e professores da UFRGS. Informações pelo telefone 3308-3034. Ingressos a R\$ 4, com 50% de desconto para escolas públicas e cursinhos populares.

Tema: 2.º Guerra Mundial

CARTAS DE IWO JIMA (EUA, 2006, 140 min), de Clint Eastwood Batalha entre EUA e o Império japonês durante a Segunda Guerra.

Palestrante: Luiz Dario Teixeira Ribeiro Sessão: 9 de outubro, às 13h30min

Tema: Guerra Fria

DR. FANTÁSTICO (EUA, 1964, 93 min), de Stanley Kubrick General insano ameaça a União Soviética com bombas nucleares, o que poderia gerar um holocausto na Terra.

Palestrantes: Graciene de Ávila e Anibal Alvarez Sessão: 16 de outubro, às 13h30min

Tema: Ditaduras de

Segurança Nacional MOSAICO DE FILMES Palestrante: Davi Ruschel Sessão: 23 de outubro, às 13h30min

PALESTRAS

IV Colóquio Internacional Sul de Literatura Comparada

O Programa de Pós-graduação em Letras promove esse evento, cujo tema é “Zonas francas: novas transações comparatistas”. Data: 6 a 8 de outubro Local e horário: ILEA, manhã e tarde Informações e inscrições: www.ufrgs.br/letras/ppg

Sensualidade e sexualidade do brasileiro

Encontro com a professora Daniela Knauth para o Ciclo de Conferências UFRGS sobre Brasil e Brasilidade. Data: 13 de outubro Local e horário: Sala João Fahrion, às 18h30min Entrada franca

Fronteiras do Pensamento 2010



Palestra com o escritor Mario Vargas Llosa. Data: 14 de outubro Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, às 19h30min Ingressos: passaportes esgotados Informações: www.fronteirasdopensamento.com.br, (51) 3019-2326

O continente mágico: literatura na América Latina

Encontro do projeto Fronteiras Educação – Diálogos com a Geração Z, dirigido a estudantes entre 12 e 18 anos. Data: 15 de outubro Local e horário: Salão de Atos, às 9h Informações pelo telefone 3029-2326

11.º SALÃO DE EXTENSÃO

Atividades no Salão de Festas da Reitoria.

CORTEJO PELO CÂMPUS CENTRAL Data: 4 de outubro (segunda), às 12h30min

TCHÊ-UFRGS Apresentação do grupo de danças tradicionais gaúchas Data: 5 de outubro (terça), às 16h

JARDIM DAS PALAVRAS Data: 6 de outubro (quarta), às 12h30min

GRUPO ANDANÇAS Apresentação artística Data: 6 de outubro (quarta), às 16h

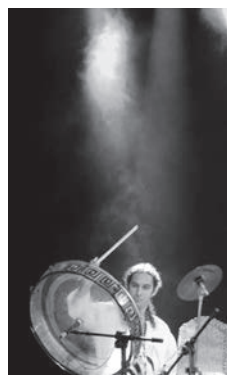
SARAU DE ALUNOS DA MÚSICA Data: 7 de outubro (quinta), às 12h30min

DANÇAS POPULARES BRASILEIRAS Data: 8 de outubro (sexta), às 12h30min

MEU CARRO É VERMELHO E NÃO USE ESPELHO PARA ME PENTEAR Data: 8 de outubro (sexta), às 16h30min

MÚSICA

Oficina com Trio Manarí



Oficina com o grupo que é a atração de outubro do projeto Unimúsica. Data: 6 de outubro (quarta-feira) Local e horário: palco do Salão de Atos, às 20h Inscrições: no site www.difusaocultural.ufrgs.br

Unimúsiquinha

Aula-show para o público infantil com grupo paraense Manarí, dentro da programação do 11.º Salão de Extensão da UFRGS. Data: 7 de outubro (quinta-feira)

Local e horário: Salão de Atos, às 16h Informações: 3308-3034

Unimúsica

O oitavo show da Série Percussionistas, organizada pelo Departamento de Difusão Cultural, apresenta a sonoridade da Amazônia. O Trio Manarí percorreu o interior do Pará, pesquisando o universo do negro, do índio e do caboclo marajoara e deixando-se inspirar por suas crenças e lendas, pelos sons das águas e de suas florestas. No contato com músicos locais, os percussionistas Kleber Benigno, Márcio Jardim e Nazaco Gomes encontraram ritmos tradicionais da região, como o carimbó, o lundu e o samba de cacete, e conheceram seus instrumentos característicos. Data: 7 de outubro (quinta-feira) Local e horário: Salão de Atos, às 20h

Ingressos: distribuição gratuita na bilheteria do Salão de Atos a partir de 4 de outubro, mediante a doação de 1kg de alimento não perecível Informações: 3308-3034

OSPA-UFRGS

6.º CONCERTO PARA A JUVENTUDE Regência do maestro Manfred Schmiadt. Apresentação: 10 de outubro (domingo) Local e horário: Salão de Atos, às 11h Ingressos: R\$ 1 na bilheteria do Salão

18.º CONCERTO OFICIAL Recital da Sinfonia n.º 1 em dó menor - Op.68 de J.Brahms; do Concerto para Piano, n.º 27 em Si bemol maior - Larghetto de Mozart; e da obra Cinema Paradiso, de Ennio Morricone. Solista: João Carlos Martins (piano). Apresentação: 26 de outubro (terça-feira) Local e horário: Salão de Atos, às 20h30min Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Espectáculo que integra a programação da 8.ª Mostra Anual Universitária - Teatro Pesquisa e Extensão (TPE). Entrada franca.

EXPERIMENTO NELSON

3: BOCA – CORTE 1 Fragmentos do primeiro ato de Boca de Ouro, de Nelson Rodrigues. O projeto partiu de duas premissas: a fidelidade aos sentidos do texto e a investigação de uma linguagem teatral metalinguística. No palco nu, com caixas com objetos de cena nas mãos, os atores derrubam os limites entre a cena e o fora da cena, entre o real e o ficcional. Elenco: Aline Jones, Paulo Salvetti e Rossendo Rodrigues. Orientação: Cristiane Werlang e Gisela Habeyche. Sessões: 6, 13, 20 e 27 de outubro (quartas-feiras)

Local e horário: Sala Alzira Azevedo, às 12h30min e às 19h30min

ESPECIAL

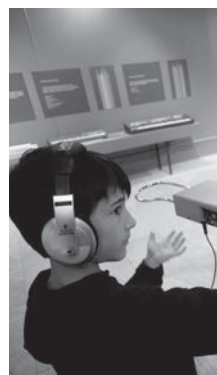
Tópicos da Cultura Brasileira: Entrelaçamentos

Programa de capacitação dos servidores que visa promover uma discussão transdisciplinar de aspectos da cultura brasileira. Os encontros são mediados pelo escritor Marlon de Almeida (doutor em Letras pela UFRGS).

A literatura - o Livro A literatura - Poesia e Canção Contextualização histórica; o fim do livro; matriz oral e escrita da leitura; origens da poesia; origens da canção; a poesia na música e a música na poesia; das canções de gesta a Chico Buarque. Ministrantes: Magali Lippert, Gláucia de Souza e Rita Cavalcanti Público-alvo: servidores docentes e técnicos Data: 4 de outubro (segunda-feira) Local e horário: sala 324 do Anexo I, das 14h às 17h30min Inscrições: www.progesp.ufrgs.br/progesp-1/capacitacao

EXPOSIÇÃO

Música, Ciência e Tecnologia



Exposição multimídia e interativa que estimula a curiosidade, a criatividade e a capacidade de inovação através da música produzida com o auxílio da ciência e tecnologia. Permeada por interações entre música, ciência e tecnologia, a mostra ressaltará a contribuição da computação para o desenvolvimento da música eletroacústica. Visitação: até 5 de novembro Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h Entrada franca

ONDE?

Auditório da Livraria Cultural

Av. Túlio de Rose, 80 Fone: 3028-4033

ILEA

Av. Bento Gonçalves, 9.500 Fone: 3308-6699

Museu da UFRGS

Av. Osvaldo Aranha, 277 Fone: 3308-4022

Sala Alzira Azevedo

Av. Salgado Filho, 340 Fone: 3308-4318

Sala João Fahrion

Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar Fone: 3308-3034

Sala Redenção

Rua Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3933

Salão de Atos

Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar Fone: 3308-3066

Salão de Festas da reitoria

Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar Fone: 3308-3034

Meu Lugar na UFRGS



Uma casa solidária

A Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (Cefav) está completando 50 anos. Única das residências mantidas pela Universidade que é administrada pelos alunos, ela já foi o lugar na UFRGS de muita gente nas últimas cinco décadas. É assim que se sentem Bernard Goulart Prieto e Luciano Barros Zini.

Bernard que, por conta das comemorações dos 50 anos, está envolvido em um projeto de recuperação de documentos históricos da Cefav, onde passou a morar no primeiro semestre de 2006, quando iniciou o curso de História. Ele diz que a sua possibilidade de entrar na UFRGS estava condicionada à obtenção de uma vaga na Casa da Agronomia. A família de Bernard vive em Arroio do Meio e possui uma casa em Porto Alegre, em uma região mais afastada da cidade. Segundo o estudante, não seria possível, por questões de tempo e dinheiro, se deslocar até o Câmpus, morando nessa residência. Assim, ele teve de procurar vaga em uma das habitações que a Universidade oferece. No entanto, Bernard não poderia concorrer a uma das vagas nas Casas do Centro ou do Câmpus Saúde. Apenas a Cefav, cujas regras são determinadas pelos próprios moradores, aceitava estudantes que tivessem onde morar na capital. “A Casa da Agronomia possibilitou que eu fizesse a Universidade. Ela é quase uma mãe-UFRGS”, brinca.

Em quase cinco anos de Cefav, Bernard conta que já conviveu com estudantes vindos de outros estados – São Paulo, Minas Gerais, Amapá – e países – Colômbia, Angola, Guiné-Bissau e até Suécia. “Essas pessoas precisam de hospedagem quando chegam a Porto Alegre”, diz. Até conseguir uma vaga na Casa, quem não tem para onde ir acaba pedindo hospedagem para um dos moradores. O esquema funciona “na parceria”, conforme Bernard. Não se trata de uma situação cômoda, reconhece o estudante de História. Mas reflete o espírito de companheirismo da Casa: “Quando eu entrei aqui, fiquei de hóspede com uma galera. Assim como eu estava precisando de moradia naquele momento, outras pessoas vieram depois e nós deixávamos elas ficarem ali. Já fiquei em um quarto com quatro pessoas [o normal são duas]”, conta.

Luciano, aluno do 7.º semestre de Engenharia Química, também teve sua vida acadêmica facilitada. Ele morava em Canela e mudou-se para a capital quando começou a Universidade. Para se manter, precisava trabalhar. Quando soube da possibilidade de morar

em residências da Universidade, inscreveu-se para seleção nas três. Foi aprovado em duas delas e, a partir do segundo semestre, deixou de conciliar trabalho e estudos: “A Cefav permitiu que eu me dedicasse integralmente ao curso. Se não morasse aqui, eu teria que fazer um curso pesado como Engenharia e trabalhar ao mesmo tempo, o que seria bem complicado”, diz.

A Cefav também representa independência. Quando chegou à moradia da Universidade, o estudante não sabia limpar nem cozinhar. Teve de aprender. No começo, os resultados não foram dos melhores: “Estraguei até o miojo”, diverte-se. Luciano passou um mês como hóspede na outra Casa que o aprovou, a do Centro. Decidiu-se pela Cefav porque seria mais simples ir às aulas no Câmpus do Vale e também pelo silêncio e tranquilidade, já que a Casa tem à sua volta dezenas de árvores e um campo de futebol.

A Cefav é mesmo diferente. O fato de os próprios alunos serem os responsáveis pela administração – a das outras duas Casas fica a cargo da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) – gera algumas situações curiosas. Todas as semanas ocorre uma assembleia geral dos moradores. Como as discussões costumavam ir madrugada adentro até que se achasse um consenso, determinou-se que a reunião precisa terminar no máximo à meia-noite.

Os alunos não são obrigados a se envolver na organização. Quem optar por ajudar tem várias possibilidades. A Cefav é estruturada em comissões, cada uma delas responsável por administrar um departamento da Casa. Existe a Comissão de Informática, de Cozinha, de Manutenção, da Lavanderia... Essa última zela pelo funcionamento das máquinas de lavar: Tia Marlene, Madonna, Kalunga e Hexa. A origem da ideia de atribuir nomes para os eletrodomésticos é desconhecida.

Bernard e Luciano estão entre as cem pessoas que vivem na Casa da Agronomia, o seu lugar na UFRGS.

João Flores da Cunha,
estudante do 4.º semestre de
Jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil As faces do esporte

Mario Brauner
*Para o treinador
de basquete, a
competição pode
ser encarada de
diferentes formas*

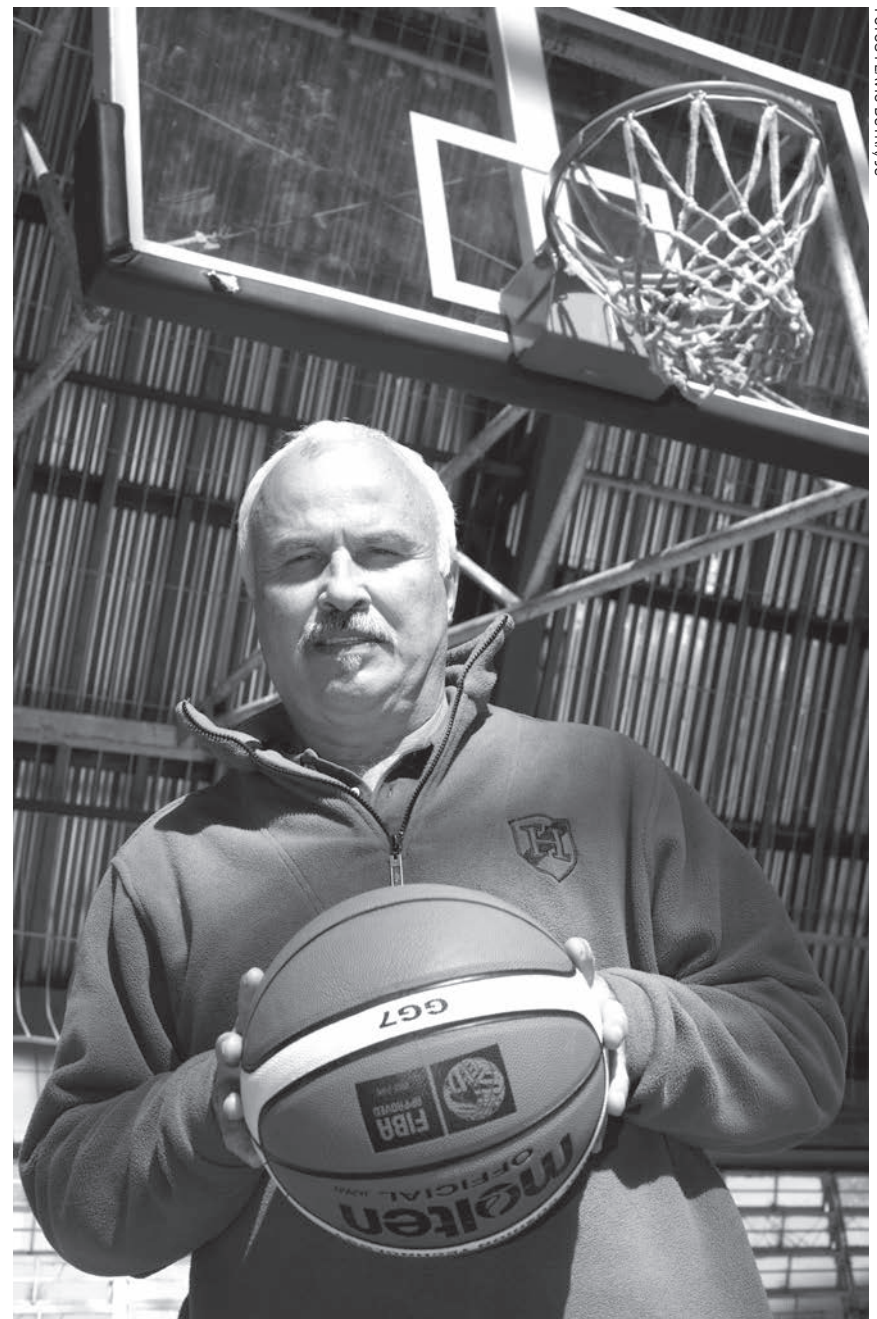
“Eu tenho esse discurso fraterno, sou coletivo... Começou o jogo, eu me transformo; a pessoa que me ouviu falar não acredita quando me vê jogando”, analisa-se o pelotense Mario Brauner, ex-aluno e professor de basquete da UFRGS. Sua história na Universidade começou há 39 anos, quando o então jogador de futsal juvenil do Esporte Clube Pelotas, cidade que era o berço da modalidade no estado, veio a Porto Alegre para ingressar na Escola de Educação Física em 1971: “Eu vim para a Esef porque queria trabalhar com o futsal”, revela.

No entanto, uma oportunidade inesperada mudou a vida do professor. Após ter-se formado em 1973, voltou a Pelotas para cuidar da mãe, que sofreu um acidente vascular cerebral. Estava desempregado. Enquanto isso, na capital, a Sociedade de Ginástica Porto Alegre (Sogipa) fechava o seu departamento de basquete, devido a questões políticas internas. A Sogipa decidiu reabrir o departamento em 1974, convidando o professor Waldir Echart, um renomado treinador que era o único campeão estadual até então com o próprio clube, para assumir a coordenação. Echart, que fora colega de Brauner na Esef, não podia assumir naquele momento e indicou o amigo de Pelotas: “Foi um susto, eu não esperava trabalhar com basquete. A minha experiência era em competições estudantis quando eu apitava jogos; era muito mais fora do que dentro da quadra”, relata.

Amparado pelo nome do treinador que o indicou e que colocou à sua disposição a sua biblioteca, não podia recusar a oferta, mas pensava em adquirir experiência ao longo do ano e depois mudar de ocupação. Acabou ficando na Sogipa de 1974 a 1988, numa trajetória que o levaria a ser o primeiro técnico campeão brasileiro de basquete juvenil com uma equipe gaúcha, superando o próprio Echart. No começo do trabalho, Brauner chamou um atleta experiente da equipe adulta para ajudá-lo na parte técnica. Ficou responsável por todas as categorias, do mini ao adulto, e a escolinha, totalizando sete grupos: “Esses pequenos alunos e atletas foram me estimulando a conhecer mais, a fazer cursos, estágios”, conta.

Em 1986, foi a Moscou: “Fiquei durante seis meses fazendo atualização técnica e conhecendo a realidade das equipes russas e daquela sociedade, que era bastante fechada”, relembra Mario – “ainda não tinha ocorrido a Perestroika, EUA e Rússia representavam um embate tanto político quanto em todas as áreas do conhecimento, e isso me deu uma experiência maravilhosa”. Ao voltar desse estágio, iniciou em 1987 um trabalho com a categoria infante para, dali a dois anos, disputar o título brasileiro juvenil com o grupo que conquistou um ano antes do esperado, em 1988.

Em 1979, quando já estava na Sogipa,



FOTOS: FLAVIO NUNTA/JU

**“As pessoas,
jogando, mostram
como são de
verdade”**

Mario Brauner voltou à Esef como professor. Nessa época, também trabalhava no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Julinho. Somando o tempo em que atuava nos três locais, chegou a 80 horas. Na Sogipa, passava até dez horas num mesmo dia e ainda treinava e viajava com o time nos fins de semana. “Hoje, me dói as costas quando eu penso. Acho que o segredo era gostar muito do que eu fazia... eu não sentia tanto.”

Depois de sair da Sogipa, assumiu a UFRGS em período integral. De 1990 a 1994, fez doutorado na Espanha. Nas olimpíadas de 1992, participou da equipe que realizou exames *antidoping* e teve oportunidade de acompanhar o *Dream Team*, famosa seleção de basquete dos EUA. Em 1994, voltou a Porto Alegre, não mais para participar de competições de clubes, mas para implantar um projeto de basquete na UFRGS: “Uma visão muito mais social de dar oportunidades para os universitários jogarem bola”, observa.

Integração – O projeto ocorre às segundas, quartas e sextas, com o treinamento da UFRGS em uma das quadras do ginásio das 20h às 23h. A outra quadra fica aberta para participação da comunidade. Pessoas de fora também podem participar dos treinamentos, quando a prioridade não é treinar para

uma competição universitária. Também há o torneio Integração, em que participam equipes da comunidade, ex-jogadores que já não têm mais clube ou espaço para treinar, atletas de vários clubes que vêm para se encontrar. “Eu estou muito preocupado com o retorno que a UFRGS dá para a sociedade e a minha ideia é que o esporte sirva à sociedade”.

Olhando para trás, Mario percebe que há diferentes maneiras de agir no esporte. Quando era treinador de clube, queria e precisava ganhar: “Significava um contrato melhor, condições melhores, oportunidades melhores – eu consegui muitas coisas na vida, eu vim pra universidade pelo basquete”. No entanto, para vencer, adotava atitudes que geraram inimizade com alguns adversários, como provocar ou ofender para tirar a concentração: “Acho muito difícil conseguir os melhores resultados sem fazer inimizades, esse é o lado complicado do esporte”, opina.

A competição, para Mario, depende de como cada um escolhe lidar com ela: “Se tu queres o que eu queria quando era treinador de clubes, acho que é negativa; se é o que eu quero aqui, é muito positiva. Já quis ganhar de qualquer jeito; acho que não é por aí. Mas, hoje, quando eu vou falar isso para os mais novos, alguns dizem: ‘ah, o cara fala porque ele já foi e agora não quer que os outros sejam’”.

Para o professor, no esporte, “o fundamental é criar condições de melhorar o relacionamento, fazer as pessoas se encontrarem”.

**Diego Mandarino, estudante do 8.º
semestre de Jornalismo da Fabico**

ENSAIO

No mês de outubro, um dos eventos mais marcantes e mitificados da cultura gaúcha faz 28 anos. O Cio da Terra, imaginado e produzido por um grupo ligado à então direção da União Estadual dos Estudantes, ocorreu entre os dias 29, 30 e 31 de outubro de 1982, em Caxias do Sul, como um festival de cultura, música e liberdade.

Apesar da identificação fácil com o parente famoso que aconteceu em Woodstock mais de uma década antes, a pretensão do Cio era mais politizada e queria aproveitar o relativo clima de distensão da agonizante ditadura militar para levantar e discutir bandeiras e temas inovadores, como ecologia, negritude, mídia, mulher... Tempos de encruzilhada, misto de anos 70 com o que se apontava para diante, o Cio teve uma intensa programação de shows e rodas de debates. E, claro, muita festa. Cerca de 15 mil pessoas estiveram por lá, acampadas no Pavilhão da Festa Nacional da Uva.

As fotos desta página são do fotógrafo Ilton Saffer, que documentou os três dias do festival e, com esse material, produziu um audiovisual que mostrava um pouco do que aconteceu no Cio da Terra em cerca de trezentas fotografias. Audiovisual de outros tempos: com projetores de slides, fitas-cassete, fitas bipadas e *dissolvers*... Outros tempos!



Woodstock político

TEXTO FLÁVIO DUTRA
FOTOS ILTON SAFFER



1 - O CANTOR GERALDO AZEVEDO EM UM DOS MUITOS SHOWS DO ENCONTRO.

2 - GRUPOS DE TEATRO DE PORTO ALEGRE, COMO O "BALAIO DE GATOS", TAMBÉM FIZERAM APRESENTAÇÕES (AO CENTRO, A ATRIZ PATSY CECCATO).

3 - PARTILHAR O ALIMENTO FOI A TÔNICA ENTRE OS QUE FORAM AO FESTIVAL.

4 - NEI LISBOA EM UM DOS ESPETÁCULOS.

5 - AS RODAS DE CAPOEIRA REUNIRAM CENTENAS DE JOVENS NA PRIMAVERA DE 1982.